



COPA ENERGIA S.A.

CNPJ nº 03.237.583/0001-67

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

AOS ACIONISTAS E DEMAIS INTERESSADOS

Em um texto transparente e objetivo, a Copa Energia reporta seu Relatório Anual da Administração 2025, importante peça de comunicação. A Companhia apresenta a seus colaboradores, fornecedores, revendedores, parceiros de negócio, consumidores, comunidades e a sociedade em geral um panorama atualizado com informações sobre seu perfil institucional, principais avanços e destaques corporativos do ano e prioridades da gestão em 2025, além de uma análise concisa do desempenho financeiro e operacional.

APRESENTAÇÃO

Sobre o Relatório

O presente documento, além de atender às exigências da Lei das Sociedades Anônimas (nº 6.404/1976) e às recomendações do Parecer de Orientação CVM nº 15, de 28 de dezembro de 1987, traz também as Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 auditadas externamente pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes. Adicionalmente a Copa Energia S.A. publica anualmente seu Relatório de Sustentabilidade. Adicionalmente a Copa Energia S.A. publica anualmente seu Relatório de Sustentabilidade, que detalha informações e métricas mais abrangentes no âmbito Ambiental, Social e de Governança (ESG, na sigla em inglês), seguindo as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) e com base nos temas materiais de sustentabilidade da Empresa, que será lançado posteriormente e disponibilizado no website <https://www.copaenergia.com.br/sustentabilidade>.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Caros acionistas, colaboradores, parceiros e demais stakeholders

Em 2025, celebramos um marco histórico: os 70 anos da Copa Energia. Mais do que relembrar uma trajetória marcada por conquistas industriais, celebramos a energia que impulsionou a transformação do país. Ao longo dessas sete décadas, o GLP deixou de ser um recurso distante e pouco acessível para se tornar parte essencial da vida das famílias brasileiras, sustentado por uma logística sólida e por um compromisso contínuo com acesso, segurança e desenvolvimento, guiados pela inovação e com seu compromisso de energizar o futuro. Podemos definir este ano como um período expressivo de desafios, acompanhado, porém, de relevantes oportunidades. Entre os marcos que simbolizam essa trajetória, destaca-se a reconstrução de nosso Centro Operativo de Belém, entregue no início de outubro, ainda mais seguro, moderno e eficiente. A realização dessa obra, conduzida com dedicação e celeridade por nossas equipes, reafirma a dedicação conjunta de nossos colaboradores, com o conhecimento técnico e operacional, ampliando nossa capacidade de atendimento. A partir de nossa busca por oportunidades em energia mais limpa e eficiente, em 2025 concluímos um importante passo: adquirimos 36% da GNLinc, uma Empresa de Gás Natural Liquefeito (GNL), que nos possibilitou diversificar o portfólio exclusivo de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) para ampliar as perspectivas de ofertas alternativas de energia, em uma operação que trouxe diversas sinergias para o negócio.

Além desses investimentos, nosso CAPEX também foi destinado a melhorias nas nossas operações que incluíram reformas para melhorar as condições do nosso time administrativo e da estrutura dos ambientes. Investimos fortemente em segurança, jornada que trilhamos há bastante tempo, tanto em equipamentos quanto em treinamentos para os times. Avançamos na execução da estratégia de crescimento operacional iniciada no ano anterior, com a aquisição da Companhia de Transporte de Gás (CTG), ampliando nossa atuação para o segmento de gás comprimido. Essa solução, distinta do GLP e direcionada ao mercado empresarial, representa um passo na diversificação do portfólio energético da Companhia. A incorporação do gás comprimido contribui para a transição energética ao introduzir alternativas de performance econômico ambiental, além de aprimorar indicadores de eficiência, qualidade operacional e segurança ao longo de toda a cadeia de valor.

Sob a ótica social, somos uma das Empresas parceiras no novo programa federal Gás do Povo, que teve início em 2025 e segue avançando em 2026 até alcançar a gratuidade do botijão de GLP para cerca de 15,5 milhões de famílias em vulnerabilidade, substituindo o antigo "Auxílio Gás", com retirada direta nas vendas credenciadas, incluindo as nossas, que auxilia na implementação e operação do benefício, conforme as diretrizes do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e do Ministério de Minas e Energia (MME). Além do aspecto social essa política pública também tem um forte impacto positivo ambiental, pois abrange uma camada da população que hoje consome lenha, mais poluente e prejudicial à saúde em ambientes fechados, e vai passar a consumir o energético mais limpo, mais seguro e que vai melhorar sua qualidade de vida. Inovar faz parte do nosso jeito de fazer acontecer, nesse ano fomos destaque em duas premiações (AEVO de Intraempreendedorismo e 2º lugar em Inovação no Setor de Petróleo e Gás no Ranking Top 100 Open Corps 2024) relevantes do ecossistema de inovação e ainda abrimos novas oportunidades para quem deseja protagonizar essa jornada por meio do programa Copa Makers 2026.

Outro desafio teve início no final de 2024, e se perpetuou ao longo de 2025, a introdução pela Petrobrás da nova dinâmica de leilão mensal com o excedente de GLP, que à medida que fomos compreendendo o mecanismo e ganhando experiência aprendemos a manejar melhor. A receita líquida de vendas alcançou R\$ 11.592,6 milhões em 2025, um crescimento de 6,3% (R\$ 10.909,5 milhões em 2024), em um contexto de mercado que exigiu elevado nível de atenção e tomada de decisões estratégicas para manter o equilíbrio do volume de vendas e o Ebitda atingiu R\$ 1.284,3 milhões.

Ao longo do exercício, enfrentamos oscilações de demanda, desafios competitivos e efeitos conjunturais que exigiram ações rápidas e coordenadas entre as áreas comerciais, operacionais e de gestão de portfólio. Mesmo diante desse cenário, atuamos de forma consistente para proteger margens, preservar competitividade e assegurar a continuidade do fornecimento aos diversos segmentos atendidos.

No mesmo ano iniciamos a transição do cargo de CEO, reestruturamos internamente o organograma de algumas áreas, dentre elas a vice-presidência de estratégia e de operação e revisamos diversos processos internos.

No âmbito da governança corporativa, em 2025 procedemos à análise e à inclusão dos riscos climáticos em nosso Mapa de Riscos, os quais já vêm sendo objeto de atuação por parte da Companhia, em um ciclo de revisão bianual. Estudos de clima vêm sendo desenvolvidos para atendimento às normas IFRS S1 e S2, ao mesmo tempo em que buscamos aprimorar nossas metas ESG e fortalecer a coleta e a tabulação de indicadores.

Diversos projetos vêm sendo conduzidos com impacto positivo para nossas partes interessadas, incluindo a redução das emissões de carbono e a ampliação da substituição de combustíveis fósseis por etanol em mais de 90% da frota leve. Mantivemos ainda as parcerias com universidades e os investimentos em tecnologia e inovação, reforçando o papel do GLP como fonte de energia de transição rumo a alternativas cada vez mais sustentáveis. A partir de nosso modelo de negócio estruturado e de nosso orçamento eficiente conseguimos conter despesas e melhorar nossa rentabilidade pelas mãos de colaboradores comprometidos e confiantes no processo, preparados para o ano de 2026.

Agradeço ao empenho de nossos colaboradores e à parceria de nossos clientes, investidores e fornecedores, seguimos trabalhando comprometidos com o desenvolvimento, enfrentando desafios e identificando oportunidades no setor de energia.

Antonio Carlos Moreira Turquetto

Presidente do Conselho de Administração

COPA ENERGIA

QUEM SOMOS

A Copa Energia é uma Empresa brasileira com 70 anos de experiência e líder em engarramento e distribuição de GLP com 24,19% de participação no mercado nacional. Por meio de suas marcas tradicionais, Copagaz e Liquigás, a Companhia leva energia para aproximadamente 30 milhões de clientes em todo o Brasil. Conta com uma estrutura operacional de 24 Centros Operativos e 30 Depósitos Avançados, além dos escritórios comerciais e matriz, um time com mais de 4.000 colaboradores comprometidos com o propósito de energizar vidas e negócios de forma sustentável, e uma rede robusta de 13 mil distribuidores presentes em 24 estados e no Distrito Federal. Com soluções inovadoras, a Copa Energia desempenha um papel ativo na transição energética, reafirmando seu compromisso com o futuro.

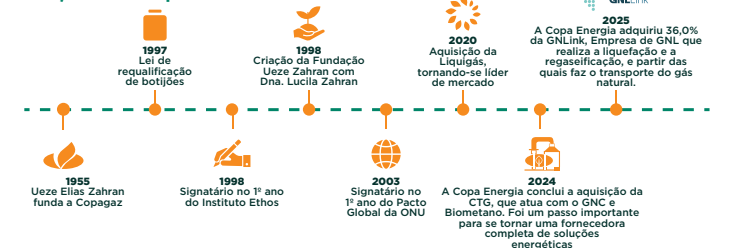
A Copa Energia foi formada em 2021 após a integração entre a Copagaz e a Liquigás, adquirida em 2020. A Companhia consolidou-se como a líder do mercado brasileiro de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), com presença operacional em 24 estados e no Distrito Federal, atuando em toda a cadeia de distribuição e assegurando capilaridade nacional. Sua atuação reforça o posicionamento estratégico de prover soluções energéticas seguras, eficientes e de ampla escala, contribuindo para o desenvolvimento do país.

A estrutura societária da Companhia é composta pela MS Participações S.A., acionista controladora com 51,07% do capital, e pela Itaúsa, que detém 48,93% de participação. A presença desse investidor institucional reforça a governança corporativa, amplia a capacidade de investimentos de longo prazo e sustenta a estratégia de crescimento sustentável da Empresa.

Em 2025, a Copa Energia celebra **70 anos de história**, marco que evidencia sua trajetória de crescimento, solidez e contribuição para o desenvolvimento energético do País. A data é comemorada por meio de uma campanha institucional inspirada na **"energia do brasileiro"**, que reforça o papel da Companhia em levar energia de forma segura, eficiente e confiável a lares e negócios em todo o Brasil.

As iniciativas comemorativas valorizam a evolução da Companhia desde sua fundação por **Uzeu Zahran**, sua consolidação com a Copagaz e o fortalecimento de sua posição de liderança após a fusão com a Liquigás, em 2020. Ao longo dessa trajetória, a Copa Energia ampliou sua atuação, investindo de forma consistente em inovação, sustentabilidade e soluções alinhadas à transição energética, como biometano e energia solar.

Evolução da Companhia



CULTURA COPA

Na Copa Energia, acreditamos que nossa força está enraizada em uma cultura que une pessoas, ideias e propósitos. Somos movidos por valores que guiam cada decisão e cada conquista, essa combinação de valores forma o alicerce da nossa identidade. É o que nos inspira a crescer de forma responsável, a gerar impacto positivo e a ser referência no setor energético.



O QUE FAZEMOS

A Copa Energia oferece um portfólio diversificado de produtos e serviços, com foco no Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), composto principalmente por propano e butano. O principal segmento atendido pela Companhia é o residencial e o produto mais comercializado é o **botijão de 13 kg (P13)**, amplamente utilizado nas residências para cocção de alimentos, sendo conhecido como "gás de cozinha".

Soluções Energéticas, principais aplicações nos diversos segmentos:

A Companhia atua de forma integrada e diversificada no fornecimento de soluções energéticas seguras, eficientes e sustentáveis, atendendo consumidores residenciais, comerciais e industriais em todo o território nacional. Nosso portfólio é estruturado para oferecer confiabilidade operacional, flexibilidade logística e geração de valor aos clientes, sempre em estrita conformidade com as normas regulatórias e os mais elevados padrões de qualidade e segurança.

Por meio de soluções que abrangem GLP, GNL, GNC, Biometano e produtos especiais, a Companhia fortalece seu posicionamento competitivo, amplia a capilaridade de atendimento e contribui para a transição energética e a descarbonização da indústria brasileira.

GLP Envasado

No segmento de GLP envasado, mantemos compromisso permanente com os mais rigorosos padrões de qualidade e segurança. As operações são conduzidas por meio de processos modernos e tecnologicamente avançados de envase de botijões, garantindo eficiência, controle operacional e rastreabilidade. Todos os botijões passam por criteriosos testes de inspeção e qualidade antes da liberação ao mercado e são devidamente lacrados, assegurando a integridade do produto e a garantia de peso correto ao consumidor final. O GLP envasado oferece praticidade e versatilidade, com facilidade no transporte, manuseio e armazenamento, sustentando sua ampla aceitação e capilaridade de distribuição.

GLP a Granel

O GLP a granel constitui solução estratégica para operações industriais e comerciais que demandam previsibilidade, eficiência energética e competitividade de custos. A Companhia adota modelo de atendimento consultivo, realizando diagnóstico técnico, dimensionamento adequado das centrais e implementação personalizada das soluções. Após a implantação, assegura operação assistida contínua, com proximidade, orientação técnica e suporte permanente. O GLP apresenta excelente relação custo-benefício, com potencial de redução de despesas de manutenção e simplificação da infraestrutura energética. A estrutura logística garante agilidade no fornecimento e reabastecimento automático das centrais, mitigando riscos de descontinuidade operacional. Todas as operações seguem rigorosamente as normas técnicas e de segurança aplicáveis, com suporte técnico disponível 24 horas por dia.

GNL - Gás Natural Liquefeito

O GNL integra o portfólio como solução estratégica para fornecimento de energia segura e eficiente, especialmente em operações que demandam flexibilidade logística. Com composição superior a 85% de metano, apresenta elevado nível de pureza e qualidade energética. Destaca-se pelo baixo custo de manutenção, rapidez na entrega e facilidade de montagem das estruturas necessárias para armazenamento e utilização. Em termos de segurança, em sua forma gasosa, é menos denso que o ar, dissipando-se rapidamente em caso de eventual vazamento. Associado a protocolos rigorosos de controle e manutenção, reforça a confiabilidade da solução.

GNC - Gás Natural Comprimido

O GNC amplia as alternativas energéticas para negócios que necessitam de flexibilidade e atendimento em regiões sem rede canalizada ou em áreas remotas. Garante disponibilidade energética independentemente da infraestrutura local, assegurando continuidade operacional. Apresenta alta performance energética e menor impacto ambiental quando comparado a outros combustíveis fósseis. A Companhia oferece soluções customizadas, com suporte desde o projeto até a operação das centrais, assegurando dimensionamento adequado e melhor rendimento. A operação é conduzida por equipe técnica qualificada, com atendimento contínuo e plena conformidade com as normas de segurança do setor.

Biometano

O Biometano reforça o compromisso da Companhia com a descarbonização e a transição energética. Trata-se de combustível renovável, proveniente da biodigestão de resíduos agroindustriais e aterros sanitários, sem competir com a produção de alimentos. Sua utilização promove a economia circular ao valorizar resíduos e reduzir emissões de gases de efeito estufa. Possui elevado potencial de oferta no país, podendo substituir parcela significativa do consumo de gás natural na indústria, contribuindo para redução da pegada de carbono e fortalecimento da matriz energética sustentável.

Purogas

O Purogas é solução exclusiva voltada à indústria de aerossóis, desenvolvida para aplicações que exigem máxima pureza e desempenho. Livre de impurezas, odor e umidade, possui formulação customizada conforme a necessidade do cliente, em proporções específicas de butano e propano. A qualidade é assegurada por centros de pesquisas que analisa continuamente os níveis de enxofre, umidade e componentes insaturados. O produto elimina custos associados a sistemas próprios de purificação e é fornecido com Certificado de Ensaio assinado por responsável técnico, garantindo segurança, confiabilidade e elevado padrão técnico.

ONDE ATUAMOS

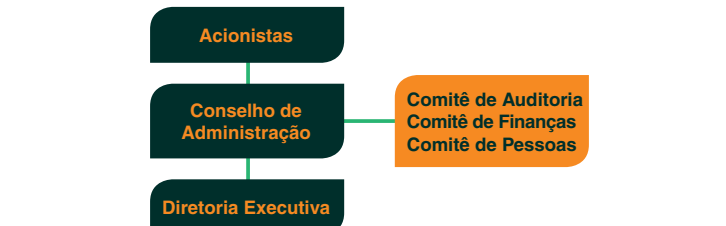
Abrangendo das operações no País (Copagaz e Liquigás), mapa ilustrativo da localização dos Centros Operativos e Depósitos Avançados (unidades de armazenamento, engarramento e distribuição do GLP):



ÉTICA E INTEGRIDADE

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Estrutura de Governança Corporativa da Copa Energia é formada, dirigida e gerida por um sistema que inclui os acionistas, o Conselho de Administração, respectivos comitês de assessoramento (Auditoria, Finanças e Pessoas) e a Diretoria Estatutária. O Conselho de Administração pode ainda, sempre que necessário, criar comitês para assessorá-lo. O atual mandato dos órgãos de governança continuará vigente até 14 de fevereiro de 2027.



Diretoria Estatutária - Mandato até 14 de Fevereiro de 2027	
Antonio Carlos Moreira Turquetto	Diretor Presidente
Eduardo Elias Zahran Filho	Diretor
Pedro João Zahran Turquetto	Diretor

Conselho de Administração - Mandato até 14 de Fevereiro de 2027	
Antonio Carlos Moreira Turquetto	Presidente do Conselho
Alfredo Egidio Setubal	Membro do Conselho
Jairo Eduardo Loureiro Filho	Membro do Conselho
Ricardo Dell Arquila Mussa	Membro do Conselho
Vicente Furlletti Assis	Membro do Conselho
Rodolfo Villela Marino	Membro Suplente do Conselho
Pedro João Zahran Turquetto	Membro Suplente do Conselho
Guilherme Setubal Souza e Silva	Membro Suplente do Conselho

Comitê de Finanças - Mandato até 14 de Fevereiro de 2027	
Pedro João Zahran Turquetto	Presidente
Jairo Eduardo Loureiro Filho	Membro
Gabriel Pereira de Campos	Membro
Bárbara Nogueira Gaspar	Secretária
Stefanie Samaan	Secretária Adjunta

Comitê de Auditoria - Mandato até 14 de Fevereiro de 2027	
Priscila Grecco Toledo	Presidente
Luciano Dequech	Membro
Elvira Presta	Membro
Gustavo Amaral de Lucena	Membro
Bárbara Nogueira Gaspar	Secretária

Comitê de Pessoas - Mandato até 17 de Fevereiro de 2027	
Pedro João Zahran Turquetto	Presidente
Cristiane Yamamoto Retes	Membro
Vicente Furlletti Assis	Membro
Claudia Meirelles Carvalho	Membro
Tahus Chede Soares de Barros Barreto	Membro
Luciano Dequech	Secretário

Diretoria Executiva	
Antonio Carlos Moreira Turquetto	Diretor Presidente
Pedro João Zahran Turquetto	CEO
Eduardo Elias Zahran Filho	VP de Sustentabilidade e Energia
Marcos Mattar Mesquita	VP de Estratégia e Mercado
Márcio Hermann Lewin	VP de Finanças
Daniel Marchesani Levorin	VP Comercial
Agnaaldo Inojosa da Silva	VP de Operações
Luciano Dequech	Diretoria Jurídica
Silvio Alexandro Barbosa da Silva	Diretoria de Operações
Andréia Chovghi Iazdi Fernandes	Diretoria de Logística
Roberta Magalhaes Chagas Becker	Diretoria de Marketing e CRM
Sônia Ferreira de Santana Rodrigues	Diretoria de Recursos Humanos
Fernando Colombi	Diretoria Comercial Revenda
Guilherme Zanella Maurina	Diretoria Comercial Empresarial
Guilherme Piccolotto Pytlik	Diretoria Comercial Growth
Claudia Maria A. Marquesani Oliveira	Diretoria de Tecnologia de Informação
Renato Damaso Maruichi	Diretoria Projetos Estratégicos, Inovação e Digital
Luiz Felipe Pellegrini	Diretoria Novos Negócios Biometano
Lavinia Rocha de Hollanda	Diretoria de Relações Institucionais e Sustentabilidade

Transparência e compliance

A Copa Energia mantém uma estrutura de Compliance voltada à prevenção, detecção e correção de não conformidades legais, regulatórias e internas, reforçando seu compromisso com a ética, a integridade e a transparência em suas operações.

O Programa de Compliance da Copa Energia conta com um conjunto de normativos internos, incluindo o Código de Conduta Ética, a Política de Compliance, a Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo, a Política de Prevenção à Corrupção, a Política de Brindes, Presentes e Hospitalidades e a Política de Conflito de Interesses. O rol desses normativos abrange ainda instrumentos de governança e proteção de dados pessoais, como a Política de Governança de Dados Pessoais, procedimentos para tratamento de incidentes, *Privacy by Design* e análise do legítimo interesse para o tratamento de dados dessa natureza.

Em 2025, a Companhia aprimorou seu Programa de Compliance com a adoção do Código de Conduta Ética para Terceiros e a revisão de normativos essenciais, incluindo políticas de brindes, hospitalidades, denúncias e diretrizes para o uso responsável de soluções de inteligência artificial. Também foi lançado o treinamento referente à Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo. O Código de Conduta reforça os canais independentes de reporte, assegurando anonimato e confidencialidade, com apurações conduzidas pelo Comitê de Ética.

A Companhia manteve sistemas robustos de controles internos, abrangendo a proteção de ativos, a confiabilidade das informações e a *due diligence* de terceiros. A cultura de integridade foi fortalecida por ações contínuas de comunicação e capacitação, com destaque para os treinamentos presenciais sobre cultura de respeito e ética, realizados em 12 unidades e que capacitaram mais de 1.000 colaboradores.

Gestão de riscos

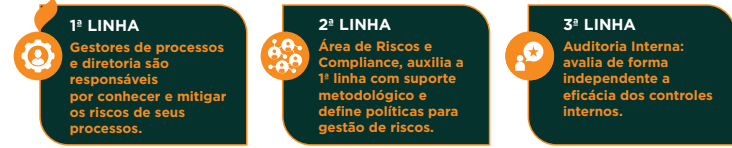
A Copa Energia mantém um sistema de gestão de riscos sólido e eficaz, estruturado para identificar, avaliar, tratar e monitorar riscos de maneira proativa e integrada. Esse processo segue as diretrizes estabelecidas na Política de Gestão de Riscos Empresariais e é acompanhado pelo Conselho de Administração, com supervisão direta do Comitê de Auditoria, assegurando rigor técnico, governança adequada e aderência às melhores práticas corporativas.

Em 2025, avançamos de forma significativa na consolidação da Gestão de Riscos da companhia. Conduzimos uma revisão abrangente do Mapa de Riscos Corporativos, assegurando maior precisão na identificação, priorização e entendimentos dos fatores que podem impactar a estratégia e as operações.

Como resultado desse aprimoramento, todos os riscos mapeados abrangendo dimensões estratégicas, operacionais, ambientais, financeiras, regulatórias e de tecnologia da informação passaram a integrar um plano estruturado de monitoramento contínuo, que será executado pela área de Riscos e Controles Internos ao longo de 2026. Esse processo inclui reportes regulares ao Comitê de Riscos, composto pelos Vice-Presidentes da Companhia, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, garantindo transparência e governança no acompanhamento dos riscos e na tomada de decisões. Os riscos classificados com maior severidade receberão atenção especial, com acompanhamento intensificado e reportes detalhados aos órgãos de governança, reforçando o compromisso da companhia com uma gestão preventiva e eficiente, promovendo a sustentabilidade e a resiliência organizacional.

O ambiente de controle se baseia nas três linhas de defesa do Global *Institute of Internal Auditors (IIA)* para operacionalizar os papéis e responsabilidades no controle de riscos.

A partir das três linhas são definidas as diretrizes para identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos conforme a categoria: Negócio, Conformidade, Financeiro e Operacional. A Política oferece métodos de avaliação de probabilidade e impacto e de tratamento, que inclui aceitar, mitigar, transferir e eliminar, atribuindo responsabilidades a todos os níveis da Organização, do Conselho aos gestores, e enfatiza a comunicação transparente, com medidas para lidar com violações.



Auditoria interna

A Copa Energia conta com a Auditoria interna, vinculada ao Conselho de Administração por meio do Comitê de Auditoria, que realiza regularmente a avaliação dos principais processos de controle interno para assegurar que sua execução esteja em conformidade com as diretrizes definidas pela Alta Administração, com as Políticas, Normas e Procedimentos divulgados no Sistema de Padronização Normativo e com a legislação vigente.

Essas avaliações são executadas com suporte informatizado de três formas distintas:

- Auditoria de Processos
- Autoavaliação
- Auditoria Contínua

Considerando a revisão do Mapa de Riscos Corporativos, a Auditoria Interna elaborou um Plano de Auditoria trienal para os próximos três anos, contemplando a cobertura de todos os riscos e fatores de risco identificados, assegurando que cada risco e respectivo fator de risco seja avaliado no ciclo trienal. Além disso, o Plano prevê maior investimento em inovação e no uso de inteligência artificial nos trabalhos da Auditoria Interna, por meio de projetos de transformação digital a serem desenvolvidos a partir de 2026.

Em 2025, o IIA Brasil (Instituto dos Auditores Internos do Brasil) conduziu uma Avaliação Preliminar de Conformidade da Função de Auditoria Interna às Normas Globais para a Prática Profissional de Auditoria Interna, emitidas pelo *The Institute of Internal Auditors (The IIA)*. Como resultado, foi elaborado um plano estruturado para atualização dos processos e normativos ao longo de 2026.

GESTÃO DE PESSOAS

Cultura organizacional e desenvolvimento

Em 2025, a Copa Energia consolidou a área de Recursos Humanos como parceira estratégica do negócio, alinhando suas práticas às prioridades da Companhia e impactando diretamente mais de 3.800 colaboradores em todo o país. O desenvolvimento de pessoas seguiu como um dos pilares estratégicos com 53.151 horas de treinamento realizadas, 488 bolsas educacionais concedidas e o lançamento da Universidade Corporativa. No fortalecimento da liderança, 30 gerentes participaram do programa Líder do Futuro, foi lançado o módulo do PDL Líder de Equipes de Alta Performance e a Gestão de Desempenho e Desenvolvimento (GDD) foi ampliada para toda a Companhia.





★ continuação

A estratégia de bem-estar foi fortalecida com a consolidação do programa Humanamente e do canal +Apoio, que registrou uma média de 115 atendimentos psicológicos mensais, além da expansão do Eu+Saudável, voltado à promoção da saúde física. No clima organizacional, por meio da Jornada de Cultura, a Copa Energia reforçou seus valores fundamentais - determinação, respeito, inovação e parceria - promovendo maior conexão dos colaboradores com o propósito da Companhia. Ao longo do ciclo, foram realizadas pesquisas internas de clima e engajamento, que evidenciam uma evolução expressiva do Employee Net Promoter Score (eNPS), passando de 51 pontos em 2023 para 79 pontos em 2025, com a adesão de 86,3% dos colaboradores. Esse avanço reflete a melhoria consistente da percepção interna da Empresa como um ambiente positivo, engajador e alinhado às expectativas dos colaboradores. Os meios de comunicação foram fortalecidos através das reuniões mensais "Resultado em Pauta", conectando 100% da Companhia a prioridades e resultados estratégicos e o Copa ON, portal do colaborador, que concentra notícias, programas, documentos e fóruns de interação. Como reconhecimento pela maturidade das práticas de gestão de pessoas e pela evolução contínua da área de Recursos Humanos, a Copa Energia conquistou a certificação Top Employers, selo que reconhece organizações com excelência em estratégias de RH, cultura e desenvolvimento de talentos.

Diversidade, Inclusão

Foi estruturada uma nova governança e realizado o 2º Censo de Diversidade, com adesão recorde de 69,5%, ampliando a base de dados para decisões estratégicas. A Copa Energia reforça seu compromisso com um ambiente íntegro, seguro e plural, abrindo oportunidades para todas as pessoas, independentemente de origem, gênero, cor, deficiência, orientação sexual ou crenças.

O Copa Plural é o programa de diversidade da Copa Energia, criado para fortalecer um ambiente de trabalho mais inclusivo, acolhedor e representativo. Ele promove ações contínuas de treinamento, conscientização e diálogo, com apoio dos Grupos de Afinidade, formados por colaboradores engajados em temas ligados ao respeito e à diversidade.

Representatividade de Mulheres

A Copa Energia vem fortalecendo a liderança feminina ao ampliar oportunidades e estimular a presença de mulheres em posições estratégicas na organização. Para avançar nesse compromisso, a empresa implementou iniciativas voltadas ao aumento da representatividade feminina em cargos de gestão, estabelecendo meta concreta de alcançar 35% de mulheres em posições de liderança até 2030.

	Liderança	Feminina	Masculina	Total
Diretoria Executiva		5	14	19
Gerencia		37	99	136
Coordenação		56	105	161
Total Geral	98	218	316	316
		31,01%	68,99%	100,00%

Benefícios aos Colaboradores

Como parte do programa Viva+Energia, que reúne diversas iniciativas voltadas à promoção da saúde, do bem-estar e do movimento entre os colaboradores, a Copa Energia mantém um grupo semanal de treino de corrida e funcional, integrando o pilar de qualidade de vida e reforçando o compromisso da organização com o cuidado integral das pessoas. Os encontros do Eu+Saudável complementam essa iniciativa ao proporcionar momentos de prática esportiva, incentivo a hábitos saudáveis e integração entre os colaboradores, fortalecendo o relacionamento, o senso de pertencimento e contribuindo não apenas para os benefícios físicos, mas também para o bem-estar emocional, a redução do estresse e a construção de um ambiente de trabalho mais colaborativo e engajado dentro e fora do contexto profissional.

SUSTENTABILIDADE

Compromissos ESG e Sustentabilidade

Em 2025, a Copa Energia avançou na agenda de sustentabilidade e ESG, aprimorando processos, fortalecendo o inventário de emissões e alinhando-se às normas internacionais. A Companhia atualizou o mapeamento de riscos climáticos, revisou a dupla materialidade e reforçou sua governança.

Projetos e Parcerias

Empreendedorismo feminino e autonomia econômica

O projeto teve como foco fortalecer a geração de renda estável e sustentável, por meio do desenvolvimento de competências empreendedoras, conciliando desenvolvimento econômico, qualificação profissional e melhoria da qualidade de vida, alinhados às estratégias de sustentabilidade e de enfrentamento da pobreza energética adotadas pela Companhia.

Transição energética justa e enfrentamento da pobreza energética

O objetivo é fomentar o diálogo e a construção de soluções inclusivas que ampliem o acesso à energia limpa e segura, especialmente para populações em situação de vulnerabilidade. A iniciativa reforça o compromisso da Empresa com soluções estruturantes, capazes de promover inclusão social e contribuir para a melhoria das condições de vida de populações em situação de vulnerabilidade.

Combate à pobreza energética

A Copa Energia ampliou, em 2025, sua parceria com a ONG Litro de Luz, fortalecendo ações para ampliar o acesso à energia em comunidades com infraestrutura limitada. Ao longo do ano, foram realizadas três iniciativas: instalação de 80 postes de iluminação sustentável em comunidades de Belém (PA), 21 lâmpadas e três postes no quilombo Santa Justina e Santa Izabel em Mangaratiba (RJ), e 30 postes na comunidade Nova Esperança II, em Paço do Lumiar (MA). As ações reforçam o compromisso da Companhia com inclusão social, desenvolvimento territorial e soluções energéticas de baixo impacto ambiental.

Treinamento em Sustentabilidade

Em 2025, a Copa Energia deu continuidade aos treinamentos em Sustentabilidade, ampliando o alcance da iniciativa por meio da Jornada de Ensino para a Sustentabilidade (JES), que contemplou todos os colaboradores da Companhia. A jornada foi estruturada a partir de vídeos de treinamento, abordando os fundamentos da Sustentabilidade, sua evolução no contexto global e sua incorporação à estratégia e às operações da Empresa.

Apoio ao acesso à saúde em territórios remotos

A Copa Energia destinou, em 2025, recursos para ampliar o acesso à saúde em regiões de difícil alcance, apoiando o Instituto Alma Pantaneira na realização da 14ª Expedição Alma Pantaneira. A ação itinerante levou exames e atendimentos essenciais a populações isoladas do Pantanal, reforçando o compromisso da Companhia com a redução das desigualdades territoriais e o cuidado com comunidades vulneráveis.



Apoio à segurança alimentar e promoção da cocção limpa

A Companhia busca o enfrentamento da pobreza energética, para a melhoria das condições de saúde e segurança das pessoas diretamente envolvidas nas cozinhas comunitárias e para o avanço da agenda de descarbonização, ao incentivar o uso de tecnologias limpas e soluções de economia circular no contexto da segurança alimentar.

Apoio a iniciativas sociais, culturais e educacionais

Em 2025, a Copa Energia manteve o apoio institucional à Fundação Ueze Zahran, entidade fundada em 1998, contribuindo para a continuidade de projetos sociais desenvolvidos pela instituição em Campo Grande (MS).

Gestão de emissões de gases de efeito estufa

A Copa Energia avançou, em 2025, na gestão de emissões de gases de efeito estufa ao ampliar o monitoramento para novas categorias do Escopo 3, fortalecendo a visão sobre impactos na cadeia de valor e a base técnica para estratégias de mitigação. No mesmo ano, iniciou a preparação para a verificação externa do inventário, reforçando seu compromisso com transparência e confiabilidade das informações reportadas.

A Copa Energia acompanhou, em 2025, o progresso das metas de redução de emissões dos Escopos 1 e 2, reforçando a governança climática e integrando o tema às rotinas operacionais.

Riscos e oportunidades climáticos

Em 2025, a Copa Energia avançou na elaboração da Curva de Custo Marginal de Abatimento (Curva MAC), ferramenta estratégica que orientará o plano de descarbonização da Companhia. A iniciativa permitirá avaliar o custo-benefício das ações de mitigação e apoiar decisões mais assertivas para reduzir os impactos das mudanças climáticas. O projeto encontra-se em fase avançada, sustentado por reuniões e entrevistas técnicas com áreas-chave da Empresa, garantindo alinhamento à realidade operacional e a identificação das soluções com maior impacto ambiental e eficiência financeira.

Alocação de Recursos em ESG

A alocação dos recursos refletiu a priorização de ações estruturantes e estratégicas, com foco no avanço e na consolidação inicial da gestão climática, no enfrentamento da pobreza energética e no fortalecimento dos pilares de sustentabilidade da Companhia.

Meio Ambiente - QSMS 2025

A Copa Energia vem consolidando uma Cultura de Qualidade robusta em toda a organização, apoiada por um sistema estruturado de Políticas, Normas e Procedimentos corporativos. Esse direcionamento assegura padronização, conformidade e excelência operacional.

Nas unidades operacionais, o processo de envase é conduzido sob rígidos controles de qualidade que garantem o atendimento consistente aos requisitos das partes interessadas. O modelo de gestão contempla a identificação e a segregação imediata de não conformidades, bem como o direcionamento sistemático de ações corretivas e preventivas.

As ocorrências reportadas por revendas, clientes industriais e comerciais, além de consumidores finais, são tratadas por meio de análises estruturadas, com determinação de causa raiz e definição de planos de ação orientados à mitigação de riscos e à melhoria contínua dos processos.

COPA ENERGIA S.A.

CNPJ nº 03.237.583/0001-67

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Taxa Geração de Resíduos Perigosos - (TGRP)

Na Copa Energia, o controle e o monitoramento da geração de resíduos perigosos integram o sistema de gestão ambiental e de QSMS, compondo a estratégia corporativa de sustentabilidade e competitividade. Essas práticas têm contribuído para a redução consistente do impacto ambiental ao longo dos últimos anos.

Em 2025, embora a meta interna de 141 gramas (g) de resíduos por tonelada (ton) de GLP envasado ainda não tenha sido alcançada, foi registrada uma redução de 2 g/ton de GLP envasado em relação a 2024 quando o indicador atingia 146 g/ton.

Nos últimos três anos a Companhia alcançou uma redução de 24,0% no volume de resíduos perigosos, consolidando a trajetória de melhoria contínua, em uma cadência de redução que vem se estabilizando em virtude da implementação das seguintes iniciativas estruturantes:

1. Processo de secagem da borra de tinta;
2. Melhoría na segregação dos resíduos;
3. Treinamentos intensivos com equipes técnicas e gestores; e
4. Kaizen na cabine de pintura em unidades críticas, dentre outras.

O resultado evidencia a efetividade das iniciativas implementadas e reforça o compromisso da Companhia com a melhoria contínua de seus processos, a adoção de soluções inovadoras e o fortalecimento de sua atuação como referência em sustentabilidade no setor.

MERCADO E DESEMPENHO OPERACIONAL

GLP cada vez mais perto do consumidor

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o território nacional é composto por 5.570 municípios, distribuídos em 27 unidades federativas. Destes, apenas 2,89% não apresentam estabelecimento de revenda de GLP formalmente autorizado, conforme informações disponibilizadas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

A ausência de revendas legalmente constituídas nesses municípios decorre, predominantemente, de fatores estruturais relacionados ao porte territorial e populacional dessas localidades, que inviabilizam a implantação de unidades comerciais autorizadas pela ANP, resultando no atendimento por cidades circunvizinhas.

As distribuidoras de GLP, em cooperação com suas redes de revendas, têm desenvolvido, ao longo dos anos, ações estratégicas voltadas à ampliação da capilaridade do produto no país. Tais iniciativas incluem a abertura de novas revendas em municípios anteriormente desassistidos, com o objetivo de assegurar disponibilidade, regularidade e segurança no suprimento do GLP à sociedade brasileira.

Contexto setorial e regulatório

O setor de GLP é essencial à matriz energética brasileira, estratégico para a segurança uma vez que pode ser estocado e distribuído em situações emergenciais. O GLP, embora seja derivado do petróleo, é menos poluente que fontes como a biomassa, lenha e carvão, por isso integra a transição energética. Há muitas restrições legais antigas ao seu uso, impostas pela Lei 8.716, de 08/02/1991, ainda em vigor, que impede o desenvolvimento desse recurso energético. O GLP é crucial enquanto o País expande sua infraestrutura energética uma vez que pode equilibrar demandas sociais, econômicas e ambientais.

A regulação econômica determina às Empresas manterem o uso exclusivo da marca em seus botijões para envase e comercialização de GLP, como forma de respeitar o direito de escolha da população com transparência e rastreabilidade no processo, conferindo segurança e responsabilidade que são a base para investimentos na qualidade dos cilindros.

Ainda no contexto setorial, o **Gás do Povo** é um programa federal criado e estruturado pela MP 1313/25 com o objetivo de substituir o Vale Gás, oferecendo recargas gratuitas do botijão de 13 kg (GLP) em revendedoras autorizadas por meio de um vale digital. O benefício é acessado com CPF, cartão do Bolsa Família ou cartão da Caixa, administrado pelo aplicativo Meu Social, e não inclui frete. Iniciado em novembro de 2025, está em expansão e pretende alcançar até 15 milhões de famílias até março de 2026. Seus objetivos são: substituir o repasse em dinheiro, reforçar a segurança alimentar, reduzir o uso de lenha e aumentar o controle e a transparência por meio do vale eletrônico.

Experiência do cliente e gestão comercial



Em 2025, a Copa Energia comercializou 1.838,3 mil toneladas de GLP, distribuídas entre 24,4% no segmento a granel e 75,6% no segmento envasado. O resultado representa uma leve retração de 0,7% em relação ao volume de 1.850,7 mil toneladas registrado no ano anterior, refletindo estabilidade no desempenho operacional da Companhia.

Em 2025, o portfólio de gás natural comprimido (GNC) operado pela CTG apresentou avanço significativo, com volume comercializado de 4.497,2 mil m³. O resultado representa um crescimento expressivo em relação ao desempenho de 2024, quando foram comercializados 2.344,5 mil m³ no período de abril a dezembro.

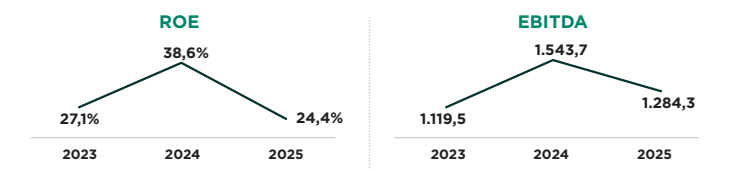
A evolução observada reforça o amadurecimento das operações de gás natural e consolida o posicionamento da Companhia neste mercado. O incremento do volume comercializado está alinhado à estratégia de expansão das soluções energéticas, contribuindo para maior competitividade, diversificação da oferta e ampliação do atendimento às demandas dos clientes.

Em 2025, as operações da GNLink registraram a comercialização de 225,2 mil m³ de gás natural comprimido (GNC) e 1.340,5 mil m³ de gás natural liquefeito (GNL). Esses resultados evidenciam a ampliação da atuação da Companhia em soluções logísticas e energéticas no mercado.

O mapeamento integrado das demandas das áreas de Marketing, Inteligência de Mercado e Growth permitem à Companhia aprofundar o entendimento sobre necessidades e preferências dos clientes, viabilizando o desenvolvimento de soluções mais assertivas e personalizadas.

RESULTADOS ECONÔMICOS-FINANCEIROS

ROE e EBITDA



	2025	2024	2023
Em R\$ milhões			
Lucro Líquido (LL)	704,9	885,9	523,3
Patrimônio Líquido (PL) - inicial	2.884,4	2.298,0	1.931,5
Return on Equity (ROE)	24,44%	38,55%	27,09%

O ROE em 2025 foi 24,4% de recuo em relação a 2024 (38,5%) resultado em função dos créditos tributários. Apesar do recuo em relação a 2023 (27,1%) o indicador permaneceu em bom nível de retorno considerando que em 2024 houve aumento do PL decorrente do fortalecimento do Capital e do ciclo de investimentos, sustentando a capacidade de criação de valor da Companhia no horizonte de médio prazo, à medida que os investimentos amadurecem e a captura de sinergias se materializa.

Em 2025, o lucro antes do resultado financeiro líquido, dos tributos sobre o lucro e da depreciação e amortização - EBITDA, atingiu R\$ 1.284,3 milhões, embora com uma redução de 16,8% em relação a 2024 um resultado atípico, no entanto a geração de caixa está superior ao ano de 2023.

	2025	2024	2023
Em R\$ milhões			
Lucro Líquido (LL)	704,9	885,9	523,3
Resultados Financeiros Líquidos	179,3	196,4	263,8
IR+CS (Corrente e Diferido)	214,7	290,0	170,5
Depreciação e Amortização	185,3	171,3	161,9
Ebitda*	1.284,3	1.543,7	1.119,5

* calculado conforme Resolução CVM 156/2022 que revoga Instrução CVM 527/2012

Principais Dados Financeiros

A Copa Energia apresenta a seguir um resumo dos principais números e indicadores de 2025:

Resultados (R\$ milhões)	2025	2024	2023
Volume vendido total (em tonelagem mil)	1.838,3	1.850,7	1.798,5
Receita líquida das vendas	11.592,6	10.909,5	10.274,6
Lucro Bruto (LB)	2.566,7	2.331,0	2.278,7
Lucro Líquido (LL)	704,9	885,9	523,3
Ebitda	1.284,3	1.543,7	1.119,5

Margens	2025	2024	2023
Margem Líquida	6,1%	8,1%	5,1%
Margem Ebitda	11,1%	14,1%	10,9%

Dados Financeiros (R\$ milhões)	2025	2024	2023
Ativo Total (AT)	6.420,2	5.908,2	5.419,8
Patrimônio Líquido (PL)	3.147,7	2.884,4	2.298,0
Investimento de Capital (CAPEX)	369,6	326,9	279,7

Indicadores de Produtividade	2025	2024	2023
Colaboradores (n°)	4.050	3.956	4.020
Lucro Líquido por colaborador (R\$ mil)	174,1	223,9	130,2
Ativo por colaborador (R\$ mil)	1.585,2	1.493,5	1.348,2
Return on Equity (ROE)	24,4%	38,6%	27,1%

Receita líquida de vendas

Em 2025, a receita líquida de vendas totalizou R\$ 11.592,6 milhões 6,3% superior ao ano anterior (R\$ 10.909,5 milhões em 2024).

O volume de GLP comercializado atingiu 1.838,3 mil toneladas, com uma retração de 0,7% em relação ao volume de 2024 (1.850,7 mil toneladas). Em um cenário econômico ainda desafiador o desempenho comercial ainda supera o volume de 2023.

Custo dos produtos e serviços vendidos

O custo dos produtos e serviços vendidos em 2025 foi R\$ 9.025,9 milhões, aumento de 5,2% em relação aos custos de 2024 (R\$ 8.578,4 milhões), reflexo do aumento de preço da molécula ao longo do ano de 2025.

Receitas e despesas operacionais

O resultado das receitas e despesas operacionais totalizou R\$ 1.461,9 milhões em 2025, um aumento de 51,8% em relação ao exercício de 2024 (R\$ 962,9 milhões). Esse crescimento decorre, principalmente, da utilização de um crédito fiscal em 2024, o que reduziu de forma significativa o montante registrado naquele ano.

Em 2025, as despesas operacionais representaram 12,6% da receita líquida de vendas, ante 8,83% em 2024, quando houve uma redução pontual decorrente da utilização do crédito acima mencionado.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido da Copa Energia totalizou R\$ 179,3 milhões em 2025 redução de 8,7% na despesa líquida em relação ao exercício anterior.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

O valor apurado foi de R\$ 214,7 milhões, equivalente a uma alíquota efetiva de 23,4% sobre o lucro antes dos impostos. O imposto de renda e a contribuição social são calculados e registrados com base no resultado tributável, considerando, inclusive, os benefícios decorrentes dos incentivos fiscais da SUDENE.

Demonstração do valor adicionado - DVA

Em 2025, o valor adicionado a distribuir pela Copa Energia totalizou R\$ 1.829,9 milhões, representando uma redução de 11,0% em relação ao exercício de 2024, quando foram gerados R\$ 2.048,5 milhões.

Essa variação reflete o comportamento das principais linhas que compõem a geração de riqueza da Companhia, incluindo margens operacionais, eficiência dos processos e dinâmica de mercado. Mesmo com o recuo registrado, a Empresa manteve sua capacidade de geração de valor e o compromisso com a distribuição equilibrada entre colaboradores, governo, financiadores e acionistas, em linha com o ano de 2023.

Valor Adicionado (R\$ milhões)	2025	2024	2023
Receitas	11.693,7	10.937,2	10.314,6
Insumos adquiridos de terceiros	(9.448,5)	(8.983,7)	(8.407,1)
Valor Adicionado Bruto	2.245,2	1.953,5	1.907,5
Retenções (depreciação e amortização)	(185,3)	(171,3)	(161,9)
Valor Adicionado Líquido	2.059,8	1.782,1	1.745,6
Recebido em transferência	(230,0)	266,4	(249,8)
Valor Adicionado a Distribuir	1.829,9	2.048,5	1.495,7

Distribuição do Valor Adicionado	2025	2024	2023		
Colaboradores	702,6	38,4%	700,4	34,2%	603,2
Governo	384,2	21,0%	431,9	21,1%	325,7
Terceiros	38,1	2,1%	30,4	1,5%	43,6
Acionistas	438,0	23,9%	230,3	11,2%	200,0
Lucros Retidos	267,0	14,6%	655,6	32,0%	323,3
Valor Adicionado Distribuído	1.829,9	100,0%	2.048,5	100,0%	1.495,7

conforme CPC 09_rev14

Endividamento líquido

A Copa Energia mantém uma política de gestão de capital voltada para assegurar a estrutura financeira equilibrada, suportando a continuidade das operações e a geração de valor aos acionistas. Essa gestão prioriza níveis de endividamento compatíveis com a capacidade operacional e com o ambiente econômico.

Endividamento Líquido (R\$ milhões)	2025	2024	2023
Empréstimos e financiamentos Curto Prazo	144,0	235,3	291,5
Empréstimos e financiamentos Longo Prazo	1.519,6	1.321,5	1.540,8
Dívida Bruta	1.663,6	1.556,8	1.832,4
Caixa e equivalentes de caixa	(967,3)	(588,1)	(522,7)
Dívida Líquida	696,3	968,7	1.309,6
Endividamento líquido/Ebitda	0,54	0,63	1,17
Endividamento líquido/PL	0,22	0,34	0,57

Em 2025, o endividamento líquido calculado pela soma das obrigações de curto e longo prazo deduzidas dos saldos de caixa e equivalentes totalizou R\$ 696,3 milhões. No mesmo período, a dívida bruta alcançou R\$ 1,6 bilhão, representando um crescimento de 6,9% em relação ao exercício anterior, reflexo principalmente da recomposição de capital e da estrutura de financiamento adotada ao longo do ano.

Investimentos

Investimentos em Coligadas

Em 2025, a Copa Energia adquiriu 36,0% da GNLink, Empresa de gás natural liquefeito (GNL) que nos possibilitou diversificar o portfólio saindo de um foco quase exclusivo no Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) para nos tornar uma espécie de "balcão completo de energia", em uma operação que trouxe diversas sinergias para o negócio e impacta positivamente a descarbonização. A GNLink opera duas plantas de GNL, uma na Bahia



COPA ENERGIA S.A.

CNPJ nº 03.237.583/0001-67

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024											
(Em milhares de reais)											
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024			2025	2024		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	962.422	585.006	967.269	588.051	Fornecedores e contas a pagar	11	271.913	238.528	273.003	239.020
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	5	529.004	474.089	530.553	475.045	Empréstimos, financiamentos e debêntures	12	143.003	235.198	144.017	235.307
Estoques	6	136.316	146.999	136.316	146.999	Arrendamentos	13	67.742	61.618	68.008	61.867
Imposto de renda e contribuição social	16	10.375	1.384	10.456	2.059	Obrigações com pessoal	14	177.412	167.541	178.375	168.116
Tributos a recuperar	7	153.650	328.378	153.692	328.560	Imposto de renda e contribuição social	16	47.361	16.111	48.030	16.328
Outros ativos		43.087	35.393	43.139	36.135	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	26	26.207	22.072	26.356	24.655
		1.834.854	1.571.249	1.841.425	1.576.849	Adiantamentos de clientes	19,5	159.768	200.887	159.768	200.887
Ativos não circulantes mantidos para venda	9	69.040	69.040	69.040	69.040	Benefícios a empregados	17	27.995	23.844	27.995	23.844
		1.903.894	1.640.289	1.910.465	1.645.889	Outros passivos	14	14.228	20.547	14.228	20.547
								949.332	996.455	953.483	1.000.844
Não circulante						Não circulante					
Realizável a longo prazo						Empréstimos, financiamentos e debêntures	12	1.518.867	1.321.288	1.519.581	1.321.458
Contas a receber de clientes	5	34.034	31.378	34.034	31.378	Arrendamentos	13	126.005	134.933	126.522	135.619
Cauções e depósitos judiciais	18,2	46.793	58.404	46.793	58.404	Obrigações com pessoal	14	25.687	69.184	25.687	69.184
Imposto de renda e contribuição social	16	-	26.504	-	26.504	Imposto de renda e contribuição social diferidos	16,1	308.549	212.366	306.995	211.415
Tributos a recuperar	7	121.790	131.684	121.790	131.684	Benefícios a empregados	17	111.951	105.682	111.951	105.682
Outros ativos		19.455	13.787	19.890	13.966	Provisões para contingências	18	200.003	148.429	200.003	148.429
Total do realizável a longo prazo		222.072	261.757	222.507	261.936	Outros passivos	18	27.647	29.926	28.246	31.244
						Total não circulante		2.318.709	2.021.808	2.318.985	2.023.031
						Total do passivo		3.268.041	3.018.263	3.272.468	3.023.875
Investimentos	8	144.784	52.886	116.691	25.475	Patrimônio líquido	19	1.052.991	697.445	1.052.991	697.445
Imobilizado	9	2.120.109	1.920.457	2.136.374	1.936.975	Capital social	17	1.047.085	1.047.085	1.047.085	1.047.085
Intangível	10	2.024.866	2.027.227	2.034.115	2.037.953	Reservas de capital	17	1.047.085	1.047.085	1.047.085	1.047.085
		4.511.831	4.262.327	4.509.687	4.262.339	Reservas de lucros	17	1.066.348	1.154.935	1.066.348	1.154.935
						Reserva de reavaliação	25	25	26	25	26
						Ajustes de avaliação patrimonial	17	(18.765)	(15.138)	(18.765)	(15.138)
								3.147.684	2.884.353	3.147.684	2.884.353
								6.415.725	5.902.616	6.420.152	5.908.228
Total do ativo		6.415.725	5.902.616	6.420.152	5.908.228	Total do passivo e patrimônio líquido		6.415.725	5.902.616	6.420.152	5.908.228

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024					
(Em milhares de reais)					
Nota	Controladora		Consolidado		
	2025	2024	2025	2024	
Receita líquida das vendas	21	11.573.243	10.901.255	11.592.598	10.909.501
Custo dos produtos e serviços	22	(9.007.286)	(8.567.429)	(9.025.251)	(8.578.466)
Lucro bruto		2.565.957	2.333.826	2.566.682	2.331.035
Vendas	22	(912.806)	(954.364)	(914.053)	(955.806)
Gerais e administrativas	22	(499.351)	(411.203)	(504.105)	(413.187)
Outras receitas (despesas)	23	(44.260)	406.029	(43.737)	406.061
Despesas operacionais, líquidas		(1.456.417)	(959.538)	(1.461.895)	(962.932)
Lucro operacional		1.109.540	1.374.288	1.104.787	1.368.103
Receitas financeiras	24	129.500	63.756	130.997	63.886
Despesas financeiras	24	(308.444)	(260.074)	(309.427)	(260.324)
Resultado financeiro, líquido		(178.944)	(196.318)	(179.330)	(196.438)
Resultado de equivalência patrimonial	8,2	(12.773)	(1.108)	(5.810)	4.247
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		917.823	1.176.862	919.647	1.175.912
Corrente		(114.851)	(176.555)	(117.278)	(176.555)
Diferida		(98.051)	(114.408)	(97.448)	(113.458)
Imposto de renda e contribuição social	16,3	(212.902)	(290.963)	(214.726)	(290.013)
Lucro líquido do exercício		704.921	885.899	704.921	885.899
Lucro básico por ação - R\$		0,83	1,04	0,83	1,04

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024					
(Em milhares de reais)					
Nota	Controladora e Consolidado				
	2025	2024			
Lucro líquido do exercício		704.921	885.899		
Outros resultados abrangentes:					
Itens que não serão reclassificados para o resultado					
(Perda) - Plano de assistência médica		17,1	(5.495)		(19.826)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		16,2	1.868		6.741
Resultado abrangente		701.294	872.814		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024					
(Em milhares de reais)					
Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		917.823	1.176.862	919.647	1.175.912
Ajustes para:					
Resultado de equivalência patrimonial	8,2	12.773	1.108	5.810	(4.247)
Depreciação e amortização	22	182.741	169.920	187.933	173.852
Resultado com alienações e baixas de ativos	23	(18.963)	28.524	(18.963)	28.524
Provisão de juros e custos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	24	270.154	223.393	270.262	223.439
Juros sobre passivo de arrendamento	24	15.644	16.847	15.704	16.903
Provisão de plano de assistência médica (benefício definido), inclui juros	17,1	15.826	35.757	15.826	35.757
Perdas de crédito esperadas - PCE, líquidas	5,1	13.956	25.481	13.956	25.481
Perdas estimadas em ativo imobilizado	23	60	12.982	60	12.982
Provisão para processos judiciais	23	51.574	15.496	51.574	15.496
Provisão (reversão) para remediação de passivo ambiental	23	(5.500)	5.888	(5.500)	5.888
Atualização monetária de depósitos judiciais	18,2	(3.733)	(3.181)	(3.733)	(3.181)
Aumento (redução) de ativos					
Contas a receber de clientes e outros recebíveis		(71.527)	(56.397)	(72.120)	(55.807)
Estoques		10.683	(25.012)	10.683	(25.012)
Cauções e depósitos judiciais		10.701	1.535	10.701	1.535
Tributos a recuperar		135.077	(254.819)	136.263	(254.651)
Outros ativos		10.225	(42.226)	10.056	(42.100)
Aumento (redução) de passivos					
Fornecedores e contas a pagar		114.515	19.323	115.113	19.364
Tributos a recolher		37.644	(140.622)	32.957	(142.839)
Benefícios a empregados		(10.901)	(10.664)	(10.901)	(10.664)
Pagamentos de contingências		(33.889)	(21.009)	(33.889)	(21.009)
Obrigações com pessoal		(33.626)	(16.176)	(33.238)	(15.945)
Outros passivos		(105.522)	(5.114)	(105.687)	(5.130)
Recursos líquidos provenientes da atividade operacional		1.515.735	1.157.896	1.512.514	1.154.548
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		1.515.735	1.157.896	1.512.514	1.154.548
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de imobilizado e intangível		(446.500)	(383.890)	(450.816)	(383.896)
Aquisição da controlada CTG		-	(25.000)	-	(25.000)
Aquisição da coligada GNLink		(100.000)	-	(100.000)	-
Aporte de capital nas investidas		(10.948)	(6.930)	(2.448)	(930)
Incentivo fiscal depositado		(5.806)	12.961	(5.806)	12.961
Venda de imobilizado		52.923	43.940	52.633	43.940
Dividendos recebidos	8,2	5.422	4.959	5.422	4.959
Recursos líquidos aplicados na atividade de investimento		(504.909)	(353.960)	(501.015)	(347.966)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos bancários	12	-	-	1.910	-
Captação de arrendamentos	13	49.277	13.763	49.338	13.763
Emissão de debêntures, líquido dos custos de emissão	12	1.353.410	-	1.353.410	-
Amortização do principal e juros de empréstimos	12	(306)	(54.009)	(875)	(54.144)
Amortização do principal e juros de debêntures	12	(1.517.874)	(445.252)	(1.517.874)	(445.252)
Pagamento do principal e juros de arrendamentos	13	(67.030)	(59.188)	(67.303)	(59.397)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos aos acionistas	19	(450.887)	(196.961)	(450.887)	(196.961)
Recursos líquidos aplicados na atividade de financiamento		(633.410)	(741.647)	(632.281)	(741.991)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa no exercício		377.416	62.289	379.218	64.591
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		585.006	522.717	588.051	523.460
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		962.422	585.006	967.269	588.051
		377.416	62.289	379.218	64.591

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2023	Reservas de capital		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Reserva de reavaliação	Ajustes de avaliação patrimonial	Total	
	Ágio na subscrição	transação de capital	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais					Reserva de retenção de lucros
	435.588	1.060.738	(13.653)	67.350	63.754	686.282	-	2.298.305	
Aumento de capital com reserva de lucro	19,1	261.857	-	-	-	(261.857)	-	-	
Juros sobre o capital próprio de exercício anterior	19,5	-	-	-	-	(56.187)	-	(56.187)	
Realização da reserva de reavaliação em coligada	19,4	-	-	-	-	3	(3)	-	
Ajuste avaliação patrimonial - perdas atuariais líquidas	19,4	-	-	-	-	-	(13.085)	(13.085)	
Lucro líquido do exercício	19,4	-	-	-	-	885.899	-	885.899	
Destinações:									
Distribuição de dividendos obrigatórios	19,4	-	-	-	-	(34.155)	-	(34.155)	



COPA ENERGIA S.A.

CNPJ nº 03.237.583/0001-67

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora				Consolidado			
	Ativo circulante		Ativo não circulante		Ativo circulante		Ativo não circulante	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Impostos e contribuições								
ICMS a recuperar	46.559	40.339	108.236	118.130	46.601	40.521	108.236	118.130
Provisão para perda ICMS a recuperar	(8.183)	(8.183)	-	-	(8.183)	(8.183)	-	-
Crédito PIS/COFINS a restituir (*)	39.440	21.020	13.554	13.554	39.440	21.020	13.554	13.554
Crédito PIS/COFINS - restituição em andamento (**)	74.297	273.668	-	-	74.297	273.668	-	-
Outros	1.537	1.534	-	-	1.537	1.534	-	-
Total	153.650	328.378	121.790	131.684	153.692	328.560	121.790	131.684

(*) Já o termo "PIS/COFINS a restituir" refere-se aos créditos apurados no período corrente (trimestre em formação), que ainda não foram objeto de pedido formal de restituição, em razão da necessidade de encerramento do trimestre para atendimento ao procedimento estabelecido na legislação. (***) O termo "PIS/COFINS restituição em andamento" contempla os créditos que já foram objeto de Pedido de Ressarcimento (PER/DCOMP) ou estão vinculados a processos administrativos, encontrando-se atualmente em análise pela Receita Federal, aguardando deferimento e pagamento.

A Companhia avalia a recuperabilidade dos créditos de ICMS por unidade operacional e com base na expectativa de geração de negócios com saídas tributadas e ajusta o valor da provisão periodicamente. A Administração julga que o valor provisionado de R\$ 8.183 é suficiente para cobrir as perdas esperadas.

8. INVESTIMENTOS

8.1. Composição dos investimentos

Apresentamos abaixo um resumo das informações contábeis da controlada, coligadas e joint venture.

Investidas em 2025	País	Segmento	Participação %	Total do ativo		Patrimônio líquido		Lucro líquido (Prejuízo)
				2025	2024	2025	2024	
Controlada								
CTG - CIA de Transporte de Gás S.A.	Brasil	Comércio	100,00%	18.891	5.981	12.910	(3.900)	
Coligadas e joint venture								
Utingás Armazenadora S.A.	Brasil	Armazenagem	33,00%	62.144	17.998	44.146	14.683	
Plenogás Distribuidora de Gás S.A.	Brasil	Comércio	33,33%	1.974	241	1.733	619	
Metalúrgica Plus S.A.	Brasil	Comércio	33,33%	4	1.355	(1.351)	(305)	
GNLink Distribuidora de Gás S.A.	Brasil	Comércio	36,00%	361.713	245.979	115.734	(67.780)	
OT Gás Nordeste S.A.	Brasil	Armazenagem	15,00%	-	-	3.378	-	
				Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Lucro líquido (Prejuízo)	
				18.915	263.999	167.906	10.097	
Investidas em 2024								
Controlada								
CTG - CIA de Transporte de Gás S.A.	Brasil	Comércio	100,00%	14.873	6.563	8.310	(2.988)	
Coligadas e joint venture								
Utingás Armazenadora S.A.	Brasil	Armazenagem	33,00%	46.681	3.351	43.330	10.319	
Plenogás Distribuidora de Gás S.A.	Brasil	Comércio	33,33%	4.017	893	3.124	2.010	
Metalúrgica Plus S.A.	Brasil	Comércio	33,33%	9	1.054	(1.045)	(276)	
OT Gás Nordeste S.A.	Brasil	Armazenagem	15,00%	-	-	930	-	
				Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Lucro líquido (Prejuízo)	
				14.882	11.418	12.324	1.906	

8.2. Movimentação dos investimentos

	Controladora					Total
	Coligada Utingás (*)	Coligada Plenogás	Coligada GNLink (*)	Joint Venture OT	Controlada CTG	
Saldo do início do exercício 2025	23.504	1.041	-	930	27.411	52.886
Aquisição	-	-	100.000	-	-	100.000
Aporte de capital	-	-	-	2.448	8.500	10.948
Equivalência patrimonial	5.021	206	(11.037)	-	(6.963)	(12.773)
Dividendos recebidos	(4.752)	(670)	-	-	-	(5.422)
Depreciação/amortização da Mais-valia decorrente da combinação de negócios	-	-	-	-	(855)	(855)
Saldo no fim do exercício 2025	23.773	577	88.963	3.378	28.093	144.784

(*) Os investimentos foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial com base nas mutações patrimoniais ocorridas em 30 de novembro de 2025.

8.3. Combinação de negócios

Aquisição da empresa GNLink Distribuidora de Gás Natural S.A.

Em 01 de agosto de 2025, a Companhia concluiu a compra de 36% da participação societária da GNLink Distribuidora de Gás Natural S.A. no valor de R\$ 100.000, sem transferência de controle.

A GNLink é uma empresa especializada em soluções integradas no setor de gás natural, com atuação estratégica em toda a cadeia de valor - da liquefação ao transporte, cabotagem, estocagem e regaseificação do gás natural liquefeito. Promovendo modelos de negócios inovadores, impulsionando a interiorização do gás natural em diversos estados do Brasil.

A partir da aquisição, a GNLink passou a ser uma coligada, sendo o investimento contabilizado pelo método da equivalência patrimonial em função da influência significativa exercida pela Companhia na investida.

Política contábil

Combinação de negócios

Combinações de negócios são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia. A contraprestação é mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos.

Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou instrumentos de patrimônio os quais são apresentados como reduções da dívida ou no patrimônio líquido, respectivamente.

O ágio mensurado corresponde ao excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição. Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ganho na compra vantajosa), a diferença será reconhecida imediatamente no resultado. O ágio apurado numa transação de combinação de negócios é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável ou quando o indicador de impairment é identificado.

Outros ativos intangíveis identificados na transação deverão ser alocados proporcionalmente à participação pertencente a Companhia, pela diferença entre os valores contábeis registrados na empresa negociada e seu valor justo apurado (Mais-valias dos ativos) e estes são amortizados, se aplicável.

Investimentos societários

São reconhecidos, inicialmente, ao custo de aquisição e avaliados, subsequentemente, pelo método de equivalência patrimonial. Adicionalmente, estes investimentos podem incluir o montante de ágio (goodwill) identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulado. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma investida for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia reconhece perdas adicionais até o montante dos seus investimentos. Os dividendos recebidos são reconhecidos como redução do valor dos respectivos investimentos.

9. IMOBILIZADO

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativo imobilizado	1.952.033	1.753.644	1.967.561	1.769.256
Ativo direito de uso	168.076	166.813	168.813	167.719
Total	2.120.109	1.920.457	2.136.374	1.936.975

9.1. Movimentação do imobilizado

	Controladora								
	Saldo 2024		Depreciação (II)	Baixas (III)	Perdas estimadas	Transferência (*)	Acumulado		
	2024	Adições					2025	Custo	Depreciação
Terenos e edificações	564.286	22.645	(15.564)	(1)	74.808	646.174	787.370	(141.196)	
Instalações e equipamentos	1.056.507	192.178	(77.047)	(33.790)	(60)	8.067	1.145.855	2.010.915	(865.060)
Veículos	2.716	580	(644)	(93)	-	2.559	36.579	(34.020)	
Móveis e utensílios	27.230	48.505	(8.114)	(77)	-	6.296	73.840	132.796	(58.956)
Obras em andamento (I)	58.739	70.073	-	-	(87.673)	41.139	41.139	-	
Beneficiárias em terceiros	44.166	4	(1.704)	-	-	42.466	70.509	(28.043)	
Total	1.753.644	333.985	(103.073)	(33.961)	(60)	1.498	1.952.033	3.079.308	(1.127.275)

	Controladora								
	Saldo 2023		Depreciação (II)	Baixas (III)	Perdas estimadas	Transferência (*)	Acumulado		
	2023	Adições					2024	Custo	Depreciação
Terenos e edificações	565.994	10.969	(14.380)	(5.209)	(4.524)	11.436	564.286	689.918	(125.632)
Instalações e equipamentos	930.884	226.593	(73.749)	(65.800)	(8.458)	47.037	1.056.507	1.844.520	(788.013)
Veículos	4.202	45	(1.060)	(471)	-	2.716	36.092	(33.376)	
Móveis e utensílios	18.640	13.855	(5.045)	(220)	-	27.230	78.072	(50.842)	
Obras em andamento (I)	68.671	49.405	-	(764)	-	(58.573)	58.739	-	
Beneficiárias em terceiros	45.870	-	(1.704)	-	-	44.166	70.505	(26.339)	
Total	1.634.261	300.867	(95.938)	(72.464)	(12.982)	(100)	1.753.644	2.777.846	(1.024.202)

(I) O grupo imobilizado em andamento é composto por obras de modernização nas filiais R\$ 29.551 e adiantamento para aquisição de imobilizado de R\$ 11.625.

(II) Contempla baixas, principalmente, por vendas de R\$ 23.202, sucatas de R\$ 8.430 e perdas de R\$ 2.288.

(*) Transferências entre o imobilizado e o intangível.

	Consolidado								
	Saldo 2024		Depreciação	Baixas	Perdas estimadas	Transferência (*)	Acumulado		
	2024	Adições					2025	Custo	Depreciação
Terenos e edificações	570.529	22.654	(17.137)	(1)	74.808	650.853	798.949	(148.096)	
Instalações e equipamentos	1.063.839	193.769	(78.999)	(33.791)	(60)	8.496	1.153.254	2.035.879	(882.625)
Veículos	4.485	2.789	(1.453)	(93)	-	5.728	43.778	(38.050)	
Móveis e utensílios	27.238	48.560	(8.117)	(79)	-	6.296	73.898	132.927	(59.029)
Obras em andamento	58.999	70.279	-	-	(88.102)	41.176	41.176	-	
Beneficiárias em terceiros	44.166	193	(1.707)	-	-	42.466	70.688	(28.046)	
Total	1.769.256	338.244	(107.413)	(33.964)	(60)	1.498	1.967.561	3.123.407	(1.155.846)

	Consolidado										
	Saldo 2023		Depreciação	Baixas	Perdas estimadas	Transferência (*)	Acumulado				
	2023	Adições					2024	Custo	Depreciação		
Terenos e edificações	565.994	10.969	5.680	(15.558)	(5.209)	(4.524)	11.436	570.529	701.468	(130.959)	
Instalações e equipamentos	930.884	226.593	6.205	(75.314)	(65.800)	(8.458)	47.037	1.063.839	1.867.465	(803.626)	
Veículos	4.202	45	403	(1.530)	(471)	-	4.485	41.082	(36.597)		
Móveis e utensílios	18.640	13.861	4	(5.047)	(220)	-	27.238	78.150	(50.912)		
Obras em andamento	68.671	49.405	260	-	(764)	-	(58.573)	58.999	-		
Beneficiárias em terceiros	45.870	-	-	(1.704)	-	-	44.166	70.505	(26.339)		
Total	1.634.261	300.873	8.613	(102,08)	(99.153)	(72.464)	(12.982)	(100)	1.769.256	2.817.689	(1.048.433)

(*) Transferências entre o imobilizado e o intangível.

9.2. Movimentação do ativo direito de uso

	Controladora						
	Saldo 2024		Depreciação	Baixas	Transferência (*)	Acumulado	
	2024	Adições				2025	Custo
Edificações	90.158	7.930	(11.721)	-	86.367	136.568	(50.201)
Veículos	55.501	40.423	(30.179)	(595)	65.150	175.193	(110.043)
Equipamentos industriais	21.152	924	(5.519)	-	16.557	46.862	(30.305)
Computadores e equipamentos	2	-	-	-	2	6.039	(6.037)
Total	167.719	49.338	(47.649)	(595)	168.813	365.810	(196.997)

	Consolidado							
	Saldo 2023		Depreciação	Baixas	Transferência (*)	Acumulado		
	2023	Adições				2024	Custo	Depreciação
Edificações	94.365	8.810	(11.659)	(1.356)	(2)	91.064	129.725	(38.661)
Veículos	78.574	4.952	(27.914)	(111)	-	55.501	135.365	(79.864)
Equipamentos industriais	21.308	-	(156)	-	-	21.152	45.938	(24.786)
Computadores e equipamentos	5.134	-	(5.132)	-	-	2	6.039	(6.037)
Total	199.381	14.849	(45.042)	(1.467)	(2)	167.719	317.067	(149.348)

(*) Transferências entre o imobilizado e o intangível.

10. IMOBILIZADO

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico (aquisição ou construção), deduzido de depreciação acumulada e de perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário.

Os custos de aquisição e/ou construção envolvem todos os gastos que são diretamente atribuíveis para colocar os ativos no local e na condição necessária para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração (incluindo os encargos financeiros, quando aplicáveis).

Os custos de manutenção dos recipientes transportáveis são tratados como despesas quando incorridos, pois não é possível a identificação do ativo para a correta alocação deste custo ao bem.



COPA ENERGIA S.A.

CNPJ nº 03.237.583/0001-67

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

13. ARRENDAMENTOS

A movimentação dos contratos de arrendamento reconhecidos como passivos está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
No início do exercício	196.551	226.767	197.486	226.767
Aquisição CTG	-	-	-	1.088
Adições	41.112	6.072	41.112	6.072
Remensuração	8.165	7.691	8.226	7.691
Baixas	(695)	(1.638)	(695)	(1.638)
Pagamentos do principal	(51.098)	(42.776)	(51.311)	(42.929)
Pagamentos dos juros	(15.932)	(16.412)	(15.992)	(16.468)
Juros sobre arrendamentos incorridos	15.644	16.847	15.704	16.903
No fim do exercício	193.747	196.551	194.530	197.486
Passivo circulante	67.742	61.618	68.008	61.867
Passivo não circulante	126.005	134.933	126.522	135.619

Os arrendamentos incluem, principalmente, edificações, cessão de uso onerosa, terrenos e veículos.

Ano	Controladora		Consolidado	
	Valor presente líquido	Juros embutidos (futuros)	Valor de prestações não descontadas	
2026	67.742	14.481	82.223	
2027	37.860	10.927	48.787	
2028	16.334	8.848	27.182	
2029	2.395	8.087	10.482	
2030	2.187	7.920	10.107	
2031	2.096	7.775	9.871	
2032 em diante	63.133	146.823	209.956	
Total	193.747	204.861	398.608	

Ano	Consolidado		Consolidado	
	Valor presente líquido	Juros embutidos (futuros)	Valor de prestações não descontadas	
2026	68.008	14.491	82.499	
2027	38.108	10.953	49.061	
2028	18.566	8.892	27.458	
2029	2.432	8.096	10.528	
2030	2.187	7.920	10.107	
2031	2.096	7.775	9.871	
2032 em diante	63.133	146.823	209.956	
Total	194.530	204.923	399.480	

Fluxo de caixa	Controladora		Consolidado	
	Nominal	valor presente	Nominal	valor presente
Contraprestação do arrendamento sem direito ao crédito de PIS e COFINS	63.996	57.744	64.868	58.527
Contraprestação do arrendamento com direito ao crédito de PIS e COFINS	334.612	136.003	334.612	136.003
PIS (1,65%) e COFINS (7,6%) potencial	30.952	12.580	30.952	12.580

Fluxo de caixa	Controladora		Consolidado	
	Nominal	valor presente	Nominal	valor presente
Contraprestação do arrendamento sem direito ao crédito de PIS e COFINS	64.868	58.527	64.868	58.527
Contraprestação do arrendamento com direito ao crédito de PIS e COFINS	334.612	136.003	334.612	136.003
PIS (1,65%) e COFINS (7,6%) potencial	30.952	12.580	30.952	12.580

✓ **Política contábil**
A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento.

15.1. Saldos e transações com partes relacionadas

Empresas	MS Administração e Participações S.A.		Itaúsa S.A.		NHL Requalificadora de Veículos para GLP Ltda.		Transtodogaz Locação e Transporte Rodoviário de Cargas Ltda.		Itaú Unibanco S.A.		Outras		Saldos	
	Controladora	Acionista não controlador	Controlada em conjunto indireta	Controlada em conjunto indireta	Controlada em conjunto	Controlada em conjunto	Controlada em conjunto	Controlada em conjunto	Controlada em conjunto	Controlada em conjunto	Controlada em conjunto	Controlada em conjunto	Controlada em conjunto	Controlada em conjunto
Tipo de relação														
Ativo circulante														
Aplicações financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	213.406	-	213.406	146.072	-	-
Contas a receber	-	-	-	4	-	-	-	-	-	21	25	19	-	-
Outros ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.383	9.383	5.721	-	-
Ativo não circulante														
Imobilizado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.216	1.216	-	-	-
Passivo circulante														
Fornecedores	-	-	-	-	2.785	-	16.904	-	1.757	1.841	23.287	11.235	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	-	-	-	-	-	-	73.635	-	73.635	120.028	-	-
Dividendos e JCP	-	-	81.600	-	-	-	-	-	-	-	159.768	200.887	-	-
Arrendamentos	-	-	-	78.168	-	-	-	-	-	-	656	656	-	-
Passivo não circulante														
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	-	-	-	-	-	-	770.000	-	770.000	673.528	-	-
Arrendamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	206	206	-	-	-
Transações														
Receita de vendas	-	-	-	-	77	-	-	-	-	559	636	2.232	-	-
Serviços de frete	-	-	-	-	-	-	(10.767)	-	-	-	(10.767)	(26.007)	-	-
Serviços de requalificação de recipientes	-	-	-	-	-	-	(9)	-	-	(23)	(40.807)	(24.256)	-	-
Serviço de armazenagem e envasamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.371)	(11.371)	(12.134)	-	-
Resultado financeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(70)	(99.543)	(97.731)	-	-
Outras operações	-	-	-	-	43	-	(4.090)	-	-	(2.622)	(6.669)	(4.911)	-	-

15.2. Remuneração da administração da Companhia

	2025			2024		
	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Total	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Total
Salários	38.669	-	38.669	25.224	-	25.224
Honorários	38.605	2.677	41.282	31.680	2.223	33.903
Encargos	16.087	905	16.992	12.429	751	13.180
Benefícios	1.853	152	2.005	1.514	111	1.625
Previdência privada	355	-	355	-	-	-
Remuneração total - pagamento realizado	95.569	3.734	99.303	70.847	3.085	73.932
Número de membros	21	10	31	17	8	25

16.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos

Os fundamentos e as expectativas para realização estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Provisão para plano de assistência médica	47.582	44.039	47.582	44.039
Perdas de crédito esperadas - PCE	18.386	17.290	18.386	17.290
Participação nos lucros ou resultados - gestores	26.933	34.357	27.025	34.357
Provisão para perdas no ativo imobilizado	22.980	22.960	22.980	22.960
Mais-valia de ativos	24.190	27.468	24.190	27.468
Provisão para contingências	50.509	29.695	50.509	29.695
IRPJ s/prejuízo fiscal e CSLL s/base negativa	-	-	1.668	1.035
Outros	23.389	26.993	23.404	27.003
Subtotal ativos	213.969	202.802	215.744	203.847
Desapropriação de imóvel	(1.082)	(1.135)	(1.082)	(1.135)
Atualização de depósito judicial	(8.326)	(10.413)	(8.326)	(10.413)
Ganho de avaliação a valor justo relativo à permuta de participações	(61.591)	(65.220)	(61.591)	(65.220)
Ágio de rentabilidade futura	(279.080)	(188.967)	(279.080)	(188.967)
Depreciação vida útil x Depreciação fiscal	(172.439)	(149.433)	(172.660)	(149.527)
Subtotal passivos	(522.518)	(415.168)	(522.739)	(415.262)
Total (*)	(308.549)	(212.366)	(306.995)	(211.415)

(*) Os valores do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão sendo apresentados com base na compensação de ativo e passivo. Com base no Plano de Negócio, a Companhia realizou avaliação da geração de lucro futuro tributável e não identificou a necessidade de realizar ajuste sobre o imposto de renda e contribuição social diferidos.

16.2. Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
No início do exercício	(212.366)	(104.699)	(211.415)	(104.699)
Reconhecimento no resultado	(98.051)	(114.408)	(97.448)	(113.458)
Reconhecimento em outros resultados abrangentes	1.868	6.741	1.868	6.741
No fim do exercício	(308.549)	(212.366)	(306.995)	(211.415)

16.3. Despesas de imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados e registrados com base no resultado tributável, incluindo os incentivos fiscais, que são reconhecidos à medida do pagamento dos tributos e considerando as alíquotas previstas pela legislação.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro antes dos impostos	917.823	1.176.862	919.647	1.175.912
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(312.060)	(400.133)	(312.680)	(399.810)
Ajustes para apuração pela alíquota efetiva:				
- Juros sobre capital próprio	63.907	66.692	63.907	66.692
- Excluídos permanentes, líquidas	(2.698)	(4.687)	(2.698)	(5.076)
- Resultado da equivalência patrimonial	(3.301)	428	(1.975)	1.444
- Incentivos fiscais	7.888	9.068	7.888	9.068
- IRPJ - Incentivo fiscal de redução (lucro da exploração) e reinvestimento	33.362	37.669	33.362	37.669
Despesa com formação de provisão para imposto de renda e contribuição social	(212.902)	(290.963)	(214.726)	(290.013)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(114.851)	(176.555)	(117.278)	(176.555)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(98.051)	(114.408)	(97.448)	(113.458)
Total	(212.902)	(290.963)	(214.726)	(290.013)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	23,20%	24,72%	23,35%	24,66%

✓ **Política contábil**
O Imposto de Renda Pessoa Jurídica e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido do exercício correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 (base anual) para o IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para a CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado exceto a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. São apresentados líquidos, quando existe direito à compensação dos valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O IRPJ e CSLL diferidos são reconhecidos em relação ao prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias ativas e passivas, na extensão em que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

✓ **Estimativas e julgamentos contábeis relevantes**
A Companhia aplica a interpretação técnica ICP 22, que trata da contabilização dos tributos sobre o lucro quando existir incerteza sobre a aceitabilidade de certo tratamento tributário. Caso a entidade concluir que não é provável que a autoridade fiscal aceite o tratamento fiscal incerto, a entidade reflete o efeito da incerteza na determinação do lucro tributável.

A Companhia utiliza julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações contábeis. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros. A determinação do reconhecimento de ativos fiscais diferidos requer a utilização de estimativas dos lucros tributáveis futuros contidos no Plano de Negócios para a Companhia, que anualmente é aprovado pelo Conselho de Administração. O tributo diferido passivo é reconhecido integralmente.

17. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O compromisso da Companhia relacionado à assistência médica (extensão de 18 a 24 meses) é estabelecido na Convenção Coletiva de Trabalho resultante da negociação sindical com os empregados do segmento de distribuição de GLP e atende aposentados e seus dependentes legais. Para

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

Remensurações no passivo de arrendamento geralmente refletem alterações oriundas de índices ou taxas contratuais, bem como nos prazos dos arrendamentos devido a novas expectativas de prorrogações ou rescisões do arrendamento.

Os juros incorridos atualizam o passivo de arrendamento e são classificados como despesas financeiras, enquanto os pagamentos reduzem o seu valor contábil.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O ativo de direito de uso é depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo ao arrendatário, ao término do contrato ou pela opção de compra.

Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental (Nota explicativa nº 13).

✓ **Estimativas e julgamentos contábeis relevantes**
Os pagamentos dos arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não puder ser determinada, é utilizada a taxa incremental de empréstimo da Companhia.

A taxa incremental utilizada na Companhia corresponde às taxas referenciais de mercado, ajustada pelo rating divulgado pela Standard & Poors relativo à classificação de risco atribuída ao país.

A média das taxas incrementais utilizadas para descontos dos fluxos de pagamentos durante o exercício de 2025 foi de 7,89% ao ano (exercício de 2024 foi de 7,73% ao ano).

✓ **Estimativas e julgamentos contábeis relevantes**
A participação dos empregados nos lucros ou resultados, conforme disposto na legislação em vigor, ocorre baseada em Convenção Coletiva de Trabalho, pactuada entre o sindicato da categoria econômica e as entidades sindicais.

O Incentivo de Curto Prazo (ICP) foi instituído pela Companhia e estabeleceu um reconhecimento financeiro para o corpo Gerencial/Executivo baseado no atingimento dos objetivos estratégicos e metas individuais.

O Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP) foi instituído pela Companhia e estabeleceu um incentivo financeiro para os executivos (estatutários ou não estatutários) de presidente, vice-presidente ou diretor da Companhia baseado no atingimento de metas.

15. PARTES RELACIONADAS

A Companhia realiza transações com partes relacionadas com base nos princípios de orientação na celebração e divulgação de transações dessa natureza e em situações em que possa existir potencial conflito de interesses, de forma a assegurar os interesses da Companhia, alinhada à transparência nos processos e às melhores práticas de Governança Corporativa.

As transações com partes relacionadas decorrem do andamento normal das operações e foram realizadas a preços, prazos e condições usuais de mercado.

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (IRPJ E CSLL)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024		



COPA ENERGIA S.A.

CNPJ nº 03.237.583/0001-67

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Descrição dos principais processos de natureza tributária
Partes: Secretaria da Receita Federal do Brasil x Copagaz
 Objeto: 70 Processos Administrativos oriundos da não homologação de compensações com créditos de PIS e COFINS.
 Andamento: Aguarda-se julgamento dos Recursos Voluntários para 22 processos e julgamento de Manifestação de Inconformidade para os demais.
 376.577 265.394

Partes: Secretaria da Receita Federal do Brasil x Liquigás
 Objeto: Processo Administrativo decorrente da não homologação de compensação declarada (IRPJ/CSLL).
 Andamento: Decisão favorável à Copa Energia já transitada em julgado.
 Como o bônus foi integral, o caso foi baixado das contingências em 2025.
 18.585

Partes: Secretaria da Receita Federal do Brasil x Liquigás
 Objeto: Processo de habilitação de crédito PERD/COMP não homologado - FINSOCIAL.
 Andamento: Aguarda-se julgamento de Recurso Voluntário.
 34.321 30.816

Partes: Fazenda Nacional x Liquigás
 Objeto: Execução Fiscal para cobrança de contribuição previdenciária supostamente incidente sobre pagamentos a segurados e empregados a título de Participação nos Lucros e/ou Resultados, em desconformidade com a Lei nº 10.101/2000.
 Andamento: Aguarda-se julgamento dos Embargos à Execução.
 23.956 22.624

Partes: Secretaria do Estado do Pará x Liquigás
 Objeto: Execução Fiscal proveniente de débito de ICMS.
 Andamento: Aguarda-se julgamento dos Embargos à Execução Fiscal.
 18.948 18.729

Partes: Estado de Goiás x Liquigás
 Objeto: Execução Fiscal para a cobrança de supostos débitos de ICMS.
 Andamento: Aguardando julgamento nos tribunais superiores.
 30.109 26.821

Partes: Secretaria da Receita Federal x Liquigás
 Objeto: Processo Administrativo instaurado em razão do não reconhecimento pela Receita Federal do crédito tributário de IRPJ e PIS decorrente de decisão judicial transitada em julgado, desconsiderando os valores apurados e afastando os critérios de atualização do indébito fixados pelo Poder Judiciário.
 Andamento: Decisão favorável à Companhia proferida pela Câmara Superior do CARF. Aguarda-se eventual recurso da Fazenda Nacional.
 15.407 14.597

Partes: Secretaria da Receita Federal x Liquigás
 Objeto: Processo Administrativo em razão da não homologação dos pedidos de compensação de débitos de IRPJ e CSLL com os créditos oriundos de recolhimento a maior a título de FINSOCIAL.
 Andamento: Aguarda-se o julgamento do Recurso Voluntário interposto pela Companhia.
 12.902 12.262

Descrição dos principais processos de natureza civil
Partes: Empresa de logística x Liquigás
 Objeto: Rescisão contratual e indenização por danos materiais a título de perdas e danos.
 Andamento: Proferida sentença favorável para a Companhia.
 1.703 75.835

Partes: Ministério Público Federal x Liquigás e outros
 Objeto: Declaração de nulidade de propriedade em razão do reconhecimento de área indígena, bem como obrigação de reflorestamento da área.
 Andamento: Sentença declarando nulo o título de propriedade e condenando os réus de forma solidária na obrigação de reflorestamento da área (cerca de 168 mil hectares). Aguarda-se julgamento de Embargos de Declaração do RE no qual se discute a repercussão geral.
 35.170 30.622

Partes: Revenda de gás x Liquigás
 Objeto: Indenização por danos morais e materiais pela não concretização de promessa de venda feita e suspensão do fornecimento de GLP.
 Andamento: Decisão desfavorável em segunda instância Recurso Especial admitido. Aguarda decisão do STJ.
 40.045 38.416

Partes: Menores x Liquigás e Revenda
 Objeto: Acidente no qual o motorista de caminhão da revenda da Liquigás colidiu com carro de passeio resultando na morte do motorista e nos pais dos autores menores. Requerem pensãoamento e pagamento de indenização de danos morais.
 Andamento: Liminar deferida para que o espólio do motorista, a revenda e a Copa, solidariamente, paguem R\$ 7.500,00 a título de pensãoamento mensal em favor de ambos os Autores, até a prolação da sentença de mérito. Recurso da Copa contra decisão liminar foi indeferido, aguarda-se julgamento do Recurso Especial não admitido. Atualmente, o processo se encontra em fase de produção de provas.
 9.482 9.223

Descrição dos principais processos de natureza concorrencial
Partes: Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE x Copagaz e Liquigás e outras distribuidoras congêneres
 Objeto: Duas ações anulatórias de decisões proferidas pelo CADE condenando a Copagaz e a Liquigás ao pagamento de multa no importe equivalente a 1% do faturamento anual, por suposta prática de cartel em 2001.
 Andamento: Copagaz em 2025, interposto RE pendente de admissão sobre a discussão do valor da causa, aguarda-se a instrução.
 Liquigás: sentença proferida foi de parcial procedência, para reduzir o valor da multa para faturamento da Liquigás no estado do RS. Apelação apresentada pela Liquigás em 2019. Em 2025, o CADE apresentou contrarrazões e apelação, aguarda julgamento.
 68.345 65.565

Política contábil
 Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.
 Provisões para processos trabalhistas, fiscais e cíveis, nas instâncias administrativas e judiciais, são reconhecidas com base nas opiniões dos assessores jurídicos e nas melhores estimativas da Administração da Companhia sobre o provável resultado dos processos pendentes na data do balanço. As atualizações das provisões, bem como as atualizações dos depósitos judiciais efetuados para garantia dos processos em discussão, são apropriadas no resultado financeiro.

Estimativas e julgamentos contábeis relevantes
 A Companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, tributárias, trabalhistas, regulatórias, concorrenciais e ambientais decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Companhia com base em pareceres de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1. Capital social

O Capital social está totalmente subscrito e integralizado e é composto por ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal conforme demonstrado abaixo.
 A Assembleia Geral Extraordinária, em 31 de março de 2025, aprovou o aumento do capital social da Companhia de R\$ 697.445 para R\$ 1.052.991, mediante a capitalização de parte do saldo da Reserva de Retenção de Lucros R\$ 355.546. As novas ações emitidas pela Companhia foram subscritas por seus acionistas na proporção das ações possuídas nesta data.

Acionista em 2025	Quantidade de ações	Valor R\$	Participação
MS Administração e Participações S.A.	435.132.289	578.631.164	51,07%
Itaúsa S.A.	416.832.911	474.360.115	48,93%
Total	851.965.200	1.052.991.279	100,00%

Acionista em 2024	Quantidade de ações	Valor R\$	Participação
MS Administração e Participações S.A.	288.208.338	397.039.664	51,07%
Itaúsa S.A.	276.087.810	300.405.399	48,93%
Total	564.296.148	697.445.063	100,00%

19.2. Reserva de capital

A reserva de capital é constituída pela diferença (ágio e deságio) entre o preço da subscrição que os acionistas pagaram pelas ações e o seu valor nominal. Por se tratar de uma reserva de capital, somente poderá ser utilizada para aumento de capital, absorção de prejuízos, resgate, reembolso ou compra de ações ou pagamento de dividendo cumulativo a ações ordinárias.

19.3. Reservas de lucros

a) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e/ou aumentar o capital.

b) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. A aprovação é de competência do Conselho de Administração, conforme previsto no artigo 19 do Estatuto Social da Companhia. A Assembleia Geral Extraordinária, em 22 de outubro de 2025, aprovou a distribuição extraordinária de lucros, sob a forma de dividendos ordinários no valor de R\$ 250.000, nos termos do artigo 204 da Lei das S.A., e artigo 35 do Estatuto Social da Companhia, referente ao saldo da reserva de lucros, a ser pago às acionistas proporcionalmente às respectivas participações no capital social, respeitado o prazo de pagamento indicado no parágrafo terceiro do artigo 205 da Lei das S.A.

c) Reserva de incentivos fiscais

É constituída mediante destinação de parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais, decorrentes de subvenções governamentais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações. Essa reserva somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social.

19.4. Dividendos e juros sobre capital próprio

O acionista é garantido um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado do exercício, conforme artigo 34 do Estatuto Social da Companhia e nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.
 A proposta de dividendos e de juros sobre capital próprio consignada nas demonstrações contábeis da Companhia está sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral.
 Os dividendos e os juros sobre capital próprio estão demonstrados a seguir:

	Controladora	2025	2024
Lucro líquido do exercício		704.921	885.899
Apropriação			
Reserva legal	(35.246)	(44.295)	
Reserva de incentivos fiscais	(33.828)	(38.189)	
Reserva de retenção de lucros	(447.885)	(573.109)	
Reserva de reavaliação em coligadas	1	3	
Lucro básico para determinação dos dividendos	187.963	230.309	
Composição dos dividendos e juros sobre o capital próprio			
Dividendo mínimo obrigatório	-	34.155	
Juros sobre o capital próprio (*)	187.963	196.154	
Total	187.963	230.309	
Dividendos por ações - RS	0,22	0,41	

(*) Para fins do cálculo do dividendo mínimo obrigatório, os juros sobre capital próprio são considerados o valor líquido do imposto de renda retido na fonte.

19.5. Destinação do resultado

	Controladora	2025	2024
Lucro líquido do exercício		704.921	885.899
(-) Reserva legal	(35.246)	(44.295)	
(-) Reserva de incentivos fiscais	(33.828)	(38.058)	
Base de cálculo para Dividendos/JCP	635.847	803.546	
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	159.768	200.887	
Total	159.768	200.887	

Composição em 2025	Data de incidência	Valor por ação	Montante distribuído
Juros sobre capital próprio	31 de março de 2025	0,04884	0,04151
Juros sobre capital próprio	30 de junho de 2025	0,04884	0,04151
Juros sobre capital próprio	30 de setembro de 2025	0,04884	0,04151
Juros sobre capital próprio	31 de dezembro de 2025	0,07412	0,06300
Provisionados		187.963	159.768
Total		187.963	159.768

Composição em 2024	Data de incidência	Valor por ação	Montante distribuído
Juros sobre capital próprio	31 de março de 2024	0,05251	0,04663
Juros sobre capital próprio	30 de junho de 2024	0,07886	0,06703
Juros sobre capital próprio	30 de setembro de 2024	0,07886	0,06703
Juros sobre capital próprio	31 de dezembro de 2024	0,11103	0,09438
Juros sobre capital próprio	31 de dezembro de 2024	0,02635	0,02240
Dividendo mínimo obrigatório	31 de dezembro de 2024	0,06053	0,06053
Provisionados		230.309	200.887
Total		230.309	200.887

Política contábil
 As distribuições de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia são feitas com base na participação em termos percentuais e são reconhecidas como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício.

20. RESULTADO POR AÇÃO
 O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações durante o exercício. O lucro líquido por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas.
 Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, as ações da Companhia não possuíam nenhum efeito dilutivo.

	2025	Ajuste retrospectivo 2024	2024
Numerador básico			
Lucro líquido do exercício	704.921	885.899	885.899
Denominador básico			
Quantidade média ponderada de ações	851.965.200	851.965.200	564.296.148
Lucro líquido por ação - R\$	0,83	1,04	1,57

Em 2025, a Companhia realizou aumento de capital mediante capitalização de reservas, com emissão de ações na proporção das participações existentes. Em decorrência dessa operação, a quantidade média ponderada de ações de 2024 foi ajustada para fins comparativos, sem impacto no lucro líquido anteriormente divulgado.

21. RECEITA LÍQUIDA DAS VENDAS

	Controladora	Consolidado
	2025	2024
Receita bruta de produtos e serviços		
Mercado interno	11.780.224	11.133.985
Deduções sobre vendas		
Impostos sobre vendas	(71.370)	(64.464)
Devoluções, abatimentos e comissões	(135.611)	(168.266)
Total	11.573.243	10.901.255

Política contábil
 As receitas são reconhecidas no resultado quando todas as obrigações de desempenho são satisfeitas, ou seja, quando da entrega dos produtos ou da prestação de serviços, bem como pela transferência dos riscos e benefícios ao comprador/tomador, caracterizando o reconhecimento da receita em um período específico de tempo e sem componente de financiamento significativo.

Vendas de produtos

As receitas com a venda de gás liquefeito de petróleo (GLP) são obtidas através da comercialização do gás adquirido de terceiros. A Companhia opera em dois segmentos distintos, clientes empresariais e revendedores. Para os clientes empresariais, a Companhia reconhece a receita de acordo com o montante fornecido de GLP ao cliente, que é medido por meio de equipamento de leitura, gerando um ticket de medição para aprovação do cliente. No caso de revendedores, o gás é comercializado envasado em recipientes com capacidade que varia entre 5 e 90 quilos, a receita é reconhecida com base no faturamento destes produtos.

Venda de serviços

As receitas com vendas de serviços são provenientes de atividades correlatas à comercialização de gás liquefeito de petróleo (GLP) e contemplam a requalificação de recipientes, o envase e o carregamento de GLP às empresas congêneres e instalações de infraestrutura nos clientes para uso do GLP.

Devoluções e cancelamento

Para contratos que permitem ao cliente devolver um item, a receita é reconhecida na extensão em que seja provável que uma reversão significativa não ocorrerá.

Descostos e negociações comerciais na venda de mercadorias

A contraprestação variável está substancialmente representada por acordos comerciais onde os produtos são comercializados com descontos. Essas negociações são individuais e distintas entre os clientes e podem apresentar características e naturezas complexas. Os principais acordos firmados com clientes, levam em consideração a estratégia comercial direcionada ao perfil do cliente (varejista e atacadista).

As bonificações estão atreladas ao volume de vendas, tendo como parâmetro variações das compras anuais dos clientes ou previsão contratual de volumes.

22. CUSTO E DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora	Consolidado
	2025	2024
Custo das matérias-primas, serviços e demais materiais		
Despesas com pessoal, inclui PLR	(8.412.828)	(8.035.895)
Depreciação e amortização (*)	(180.119)	(167.382)
Despesas de fretes	(254.020)	(255.911)
Serviços de terceiros	(371.589)	(314.859)
Manutenção e reparo	(128.648)	(127.151)
Aluguéis	(32.234)	(24.903)
Publicidade e propaganda	(75.568)	(54.405)
Perdas de crédito esperadas - PCE, líquidas	(13.956)	(25.481)
Outras despesas	(161.838)	(147.516)
Total	(10.419.443)	(9.932.996)

Na Demonstração do Resultado
 Custo dos produtos e serviços (9.007.286) (8.567.429) (9.025.916) (8.578.466)
 Despesas com vendas (912.806) (954.364) (914.053) (955.806)
 Despesas gerais e administrativas (499.351) (411.203) (504.105) (413.187)
Total **(10.419.443)** **(9.932.996)** **(10.444.074)** **(9.947.459)**

(*) Em 31 de dezembro de 2025, o valor da depreciação e amortização é apresentado líquido dos créditos de PIS e COFINS de R\$ 2.622 (em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 2.538).

23. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)

	Controladora	Consolidado
	2025	2024
Resultado da venda e da baixa de imobilizado		
Provisão para processos judiciais	18.963	(28.524)
Provisão PIS/COFINS (*)	(51.574)	(15.496)
Reversão e reversão do custo de remediação de passivo ambiental	11.000	494.204
Perda no inventário estoque e almoxarifado	5.500	(5.888)
Perdas estimadas de ativo imobilizado	(1.628)	(7.769)
Outras	(60)	(12.982)
Total	(26.461)	(17.516)

(*) Em 31 de dezembro de 2025, o valor da depreciação e amortização é apresentado líquido dos créditos de PIS e COFINS de R\$ 2.622 (em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 2.538).

24. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Controladora	Consolidado
	2025	2024
Juros sobre aplicações financeiras		
Juros sobre atrasos e parcelamento de débitos de clientes	97.384	41.813
Variações monetárias e cambiais ativas	11.327	7.469
Outras	16.912	10.388
Receitas financeiras	129.500	63.756
Descontos e abatimentos bancários	(11)	(119)
Taxas e comissões bancárias	(3.040)	(3.235)
Juros sobre passivo atuarial	(13.299)	(9.879)
Juros sobre arrendamentos (*)	(14.379)	(15.600)
Juros sobre debêntures	(238.032)	(215.596)
Juros passivos	(7.036)	(6.489)
Amortização do custo de emissão de debêntures (**)	(32.111)	(5.153)
Variações monetárias e cambiais passivas	(536)	(1.478)
Despesas financeiras	(308.444)	(260.074)
Resultado financeiro líquido	(178.944)	(196.318)

(*) Em 31 de dezembro de 2025, os juros são apresentados líquidos dos créditos de PIS e COFINS de R\$ 1.265 (em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 1.247).
 (**) Em 2025, foi registrada a baixa do saldo referente ao custo de emissão da 2ª Emissão de Debêntures, no valor de R\$ 27.843, liquidada de forma antecipada.

25. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

No contexto da gestão de riscos, a Companhia possui um processo de monitoramento e gerenciamento, que considera a avaliação e controle de potenciais riscos financeiros que possam impactar seus negócios.

Entre os principais riscos monitorados estão o risco de crédito, o risco de mercado e o risco de liquidez, entre outros, aos quais a Companhia está regularmente exposta em suas operações diárias. A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade, sendo todas as decisões respaldadas por políticas e controles internos.

a) Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	Controladora	Consolidado
	2025	2024
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	4	962.422
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	5	563.038
Cauções e depósitos judiciais	18,2	46.793
Total	1.572.253	1.148.877

	Controladora	Consolidado
	2025	2024
Passivo		
Fornecedores e contas a pagar	11	271.913</



COPA ENERGIA S.A.

CNPJ nº 03.237.583/0001-67

→ continuação

DECLARAÇÃO DO COMITÊ EXECUTIVO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, o presidente e os diretores da Copa Energia S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Avenida Nações Unidas, nº 14.171, Torre C, 29º andar, conjuntos 2901, 2902, 2903 e 2904, Condomínio Rochaverá Corporate Towers, São Paulo (SP), inscrita no CNPJ sob nº 03.237.583/0001-67, declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2025;

(ii) reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., relativamente às demonstrações contábeis da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

DIRETORIA

Antonio Carlos Moreira Turquetto
Diretor-Presidente

Eduardo Elias Zahran Filho
Diretor

Pedro João Zahran Turquetto
Diretor

CONTADORA

Leticia de Paula Freitas Birgel - CRC 1SP336429/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas

Copa Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Copa Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Redução ao valor recuperável de ágio por expectativa de rentabilidade futura (Nota 10)

A Companhia possui registrado em seu ativo intangível, ágio fundamentado em expectativa de rentabilidade futura, oriundo da aquisição da Liquigás Distribuidora S.A. ocorrida em dezembro de 2020 no montante de R\$ 1.408.896 mil.

Para efetuar o cálculo do valor recuperável do ágio, a administração calculou o valor em uso através da metodologia do fluxo de caixa descontado. O referido saldo tem sua recuperação baseada em projeções que incluem premissas e dados que envolvem julgamentos significativos da administração, incluindo a definição de unidade geradora de caixa, preço médio líquido futuro do GLP, volume de venda estimado, dispêndio anual para aquisição de imobilizado e taxa de desconto, entre outras.

Consideramos que essa área permaneceu como foco para nossa auditoria tendo em vista a relevância do saldo, bem como o fato de que variações na determinação das premissas adotadas pela administração podem impactar a recuperação dos saldos registrados e, por consequência, podem resultar em ajuste material nos resultados das operações e a posição patrimonial e financeira da Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos estabelecidos pela administração para mensurar o valor recuperável do ágio, da metodologia de

avaliação, das premissas e dados utilizados no cálculo, assim como o critério adotado pela administração para a definição da unidade geradora de caixa.

Availamos o modelo do fluxo de caixa descontado, bem como sua coerência geral lógica e aritmética. Envolvermos nossos especialistas na área de avaliação de negócios para nos apoiar na análise e teste da taxa de desconto, análise da metodologia empregada e razoabilidade das projeções.

Em relação às principais premissas estimadas pela administração, como o preço e volume de venda e dispêndio anual para aquisição de imobilizado, avaliamos, por meio de análises de sensibilidade, se variações individuais ou cumulativas aproximariam o valor recuperável do valor contábil. Para as demais premissas, levamos em consideração o comportamento histórico, respectivas tendências e outras evidências que corroboram os dados utilizados. Availamos, também, a competência, objetividade e capacidade de especialistas internos contratados pela administração envolvidos no cálculo do valor recuperável.

Com base nos trabalhos de auditoria acima resumidos, consideramos que as premissas, os dados utilizados e a metodologia de avaliação do valor recuperável adotados pela administração são razoáveis, bem como as divulgações aplicáveis de acordo com a norma aplicável.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 9 de março de 2026



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Felipe Edmond Ayoub
Contador - CRC 1SP187402/O-4

